



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRA

JOSÉ ALBERTO DIAS FERREIRA

**TOPÔNIMOS DO LITORAL NORTE DA BAHIA:
Marcas Identitárias do povo Tupinambá nesta região**

Salvador-BA
Dezembro/2023

JOSÉ ALBERTO DIAS FERREIRA

**TOPÔNIMOS DO LITORAL NORTE DA BAHIA:
Marcas Identitárias do povo Tupinambá nesta região**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Letras, da Universidade Federal da Bahia –
UFBA, para fins de avaliação e defesa.

Orientador: Profa. Dra. Ana Sartori

Salvador-BA
Dezembro/ 2023

JOSÉ ALBERTO DIAS FERREIRA

**TOPÔNIMOS DO LITORAL NORTE DA BAHIA:
Marcas Identitárias do povo Tupinambá nesta região**

Defesa pública em:

Salvador, 12 de dezembro de 2023

BANCA EXAMINADORA



Pra Dra. Ana Sartori (UFBA) / Presidente - Orientadora

Documento assinado digitalmente
gov.br GREDSON DOS SANTOS
Data: 28/12/2023 21:48:11-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Gredson dos Santos (UFBA)



Profa. Dra. Juliana Soledade (UFBA)

Salvador-BA
Dezembro/ 2023

Dedico este trabalho de conclusão de curso (TCC) a minha mãe, pelo apoio recebido durante toda a minha trajetória de discente, aos meus filhos, que foram uma das principais fontes para as minhas inspirações, aos meus irmãos, e a todos os meus amigos que me incentivaram e me encorajaram em diversos momentos dessa difícil caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS primeiramente, que me sustentou e me deu sabedoria para enfrentar e vencer todos os obstáculos que apareceram durante todo o curso.

A minha orientadora Ana Sartori, que acreditou na minha capacidade.

À minha irmã Luciana, que com sua experiência e sugestões de grande valia, me ajudou na concretização deste trabalho.

A minha querida mãe Idália Dias, meus filhos Isadora e Allan, a minha esposa Francineide e aos meus irmãos, em especial minha Bárbara que com muito amor, carinho e paciência, me apoiaram em todos os momentos, dedico mais essa conquista, um dos grandes momentos da minha vida.

A todos os meus amigos, verdadeiros companheiros que estarão sempre na minha memória.

A todos os meus professores, que me ensinaram a ser uma pessoa melhor e querer servir de exemplo de bom fruto das sementes plantadas por cada um deles.

RESUMO

O presente trabalho de monografia consiste num estudo dos topônimos do Litoral Norte da Bahia. O legado dos índios tupinambás não ficou somente restrito à culinária, à cerâmica e ao vestuário. Esta pesquisa tem como objetivo não somente investigar os topônimos encontrados no Litoral Norte da Bahia, mas também de identificar esses topônimos, incluir as informações sobre cada nome de lugar encontrado na Costa dos Coqueiros; conhecer os fatores que contribuíram para a origem e a significação dos topônimos; demonstrar as motivações léxicas para a nomeação dos topônimos. A fundamentação teórica contou com uma série de artigos, teses e outros materiais de estudo sobre a formação da sociedade brasileira, abordando-se desde as evidências dos primeiros povos que teriam habitado a região da Bahia, passando-se ao contato entre indígenas e portugueses e o processo de colonização do Brasil, a constituição dos aldeamentos indígenas na Bahia, a transição dos aldeamentos a vilas, até chegar à configuração atual dos municípios que compõem o Litoral Norte da Bahia. Para o estudo dos topônimos, foram utilizados textos sobre a língua tupi-guarani e os índios tupinambás, gramáticas e dicionários da língua tupi-guarani, além de artigos e teses sobre o assunto, sendo cotejadas as diferentes informações trazidas pelos autores.

Palavras-Chaves: Litoral Norte da Bahia, Topônimos, Língua Tupi-guarani.

ABSTRACT

The present monograph work consists of a study about the toponyms of the North Coast of Bahia. The legacy of the Tupinambá Indians was not restricted only to cooking, ceramics and clothing. This research aims not only to investigate the toponyms found on the North Coast of Bahia, but also to identify these toponyms, including information about each place name found on the Costa dos Coqueiros; to know the factors that contributed to the origin and significance of place names; demonstrate the lexical motivations for naming the place names. The theoretical foundation included a series of articles, theses and other study materials on the formation of Brazilian society, approaching from the evidence of the first peoples who would have inhabited the region of Bahia, passing to the contact between indigenous and Portuguese and the process of colonization of Brazil, the constitution of indigenous settlements in Bahia, the transition from villages to villages, until reaching the current configuration of the municipalities that make up the North Coast of Bahia. For the study of the toponyms, texts on the Tupi-Guarani language and the Tupinambá Indians, grammars and dictionaries of the Tupi-Guarani language were used, as well as articles and theses on the subject, being compared the different information brought by the authors.

Keywords: North Coast of Bahia, Toponyms, Tupi-Guarani language.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Mapa da Linha Verde e Estrada do Coco

Gráfico 2 - Trajetória das categorias de natureza física e das categorias de natureza antropocultural na nomeação de municípios baianos.

Gráfico 3 - Trajetória do percentual dos nomes descritivos e dos comemorativos na nomeação de municípios baianos.

Gráfico 4 - Carta 31: Procedência Linguística do Léxico Toponímico em 2000

LISTA DE SIGLAS

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PTDS- Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável

TLNAB- Território Litoral Norte e Agreste Baiano

DGI- Diretório Geral dos Índios

SEI- Superintendência de Estudos Econômicos E Sociais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REVISITANDO A HISTÓRIA DO LITORAL NORTE DA BAHIA	14
2.1 EVIDÊNCIAS DOS PRIMEIROS POVOS QUE HABITARAM A REGIÃO	14
2.2 A CHEGADA DOS PORTUGUESES E O CONTATO COM OS POVOS INDÍGENAS	18
2.3 O USO DE LÍNGUAS TUPI COMO LÍNGUAS GERAIS	20
2.4 INÍCIO DA COLONIZAÇÃO NA BAHIA	20
2.5 OS ALDEAMENTOS INDÍGENAS NO LITORAL BAIANO	23
2.6 A CONVERSÃO DOS ALDEAMENTOS A VILAS	31
2.7 ALDEAMENTOS E VILAS NO SÉCULO XIX	42
3 O LITORAL NORTE DA BAHIA E O LEGADO DEIXADO NA TOPONÍMIA	46
3.1 O LITORAL NORTE DA BAHIA NA ATUALIDADE	46
3.1.1 SALVADOR	47
3.1.2 LAURO DE FREITAS	48
3.1.3 CAMAÇARI	50
3.1.4 MATA DE SÃO JOÃO	51
3.1.5 ENTRE RIOS	52
3.1.6 ESPLANADA	53
3.1.7 CONDE	53
3.1.8 JANDAÍRA	545
3.2 OS TOPÔNIMOS NO LITORAL NORTE DA BAHIA	546
3.2.1 A presença indígena nos topônimos baianos	546
3.2.2 Levantamento etimológico dos topônimos de origem indígena no Litoral Norte da Bahia ..	64
4 CONCLUSÃO	82
REFERÊNCIAS	84

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca conhecer a origem dos topônimos do Litoral Norte da Bahia. Como surgiram e quais foram as motivações que levaram os nomeadores a optarem por este ou aquele nome, qual a influência destes topônimos na vida das futuras gerações.

O Litoral Norte da Bahia, com seus 193 km de extensão, tem como principal via de acesso a BA-099, dividida em dois trechos: a Estrada do Coco, que começa em Lauro de Freitas e termina em Mata de São João, e a Linha Verde, que começa e Mata de São João e termina em Jandaíra. Apesar da ocupação desordenada da localidade, com diversos tipos de atividades comerciais, ainda é possível encontrar matas preservadas, praias e rios, que nos levam a imaginar como deveria ser este lugar na época dos índios tupinambás.

No capítulo dois, vamos conhecer os povos que passaram por estas terras antes dos índios tupinambás. Há aproximadamente três mil anos, o Litoral Norte da Bahia registrou passagem dos primeiros povos nômades, segundo arqueólogo Valentim Calderon. Durante esse período, vários povos passaram por esta região até a chegada dos portugueses, em 1500.

A disputa pelas terras do litoral foi a principal característica deste período, pois a ocupação desta faixa significava para o povo dominante abundância de alimento e grande quantidade de água doce. Os portugueses mudaram toda rotina dos índios que habitavam esta região, com o domínio das letras, tecnologia de navegação e arma de fogo, em pouco tempo conquistou o litoral e escravizando os índios que ali viviam. Este processo começou com a fundação dos aldeamentos para catequizações dos índios pelos jesuítas, até a transformação dos aldeamentos em vilas e posteriormente em cidades.

Hoje, apesar da Costa dos Coqueiros apresentar um desenvolvimento urbano tardio em relação a outras áreas do estado, com início na década de 70, já é visível o adiantado processo de descaracterização do local, com a remoção de mata para construção de condomínio residencial, complexos hoteleiros e ponto comercial. As mudanças implementadas não só afetaram a rotina da população local, que deixou a pesca e passou a trabalhar nestes empreendimentos, assim como os topônimos de origem indígena, que precisam da preservação do meio ambiente, para se manterem vivos e não virarem fósseis linguísticos, ao contrário dos topônimos de origem portuguesa, que possuem características diferentes, geralmente adotando como tema os santos da religião católica. Por isto é necessário conhecer os fatores que contribuíram para nomeação destes topônimos, identificando sua origem e significado, além da motivação lexical.

A Costa dos Coqueiros é nomeada por um topônimo recente, de origem portuguesa, se comparado aos outros de origem indígena, mas que consegue individualizar esta localidade das outras existentes na região, porque no processo de nomeação foram utilizados os mesmos recursos que os índios tupinambás usavam para nomear os acidentes geográficos, a mata e a moradia, através da observação do ambiente a sua volta. ‘Lauro de Freitas’ é um topônimo que não goza deste mesmo recurso, por ser um antrotopônimo, apesar de nomear uma localidade não traz características do ambiente a sua volta, mas “sua adoção é motivada pela realidade circundante, que é valorizada pelo denominador no momento da nomeação, o que contraria, em parte, a tese da arbitrariedade do signo linguístico, tornando-o um signo linguístico especial” (RAMOS, 2004, p.51). No terceiro capítulo, vamos abordar estes e outros topônimos, que são encontrados no Litoral Norte da Bahia, tendo como foco o levantamento dos nomes indígenas que se conservaram nessa região.

A pesquisa realizada é de natureza qualitativa, propondo-se a uma análise transdisciplinar no campo das ciências humanas, envolvendo as áreas da história e da lingüística, para analisar o fenômeno da formação dos topônimos do Litoral Norte da Bahia, levando-se em conta, no levantamento de dados, a observação da história dos índios tupinambás que habitaram a Costa dos Coqueiros.

Para a pesquisa dos topônimos, foi necessária a consulta a dicionários e glossários da língua tupi-guarani:

- BARBOSA, A. Lemos. *Pequeno Vocabulário Tupi- Português*. Rio de Janeiro: Livraria São Jorge, 1955.
- CARVALHO, Moacyr Ribeiro de. *Dicionário Tupi (antigo)-português*. Salvador, 1987.
- CLEROT, L. F. R. *Glossário etimológico dos termos geográficos, geológicos, botânicos, zoológico, históricos e folclóricos de origem Tupi\Guarani, incorporados ao idioma nacional*. Brasília: Senado Federal, Subsecretária de Edições Técnicas, Conselho Editorial, 2010.
- CUNHA, Antonio Geraldo da. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1982.
- NAVARRO, E. de A. *Dicionário de tupi Antigo. A língua indígena clássica do Brasil*;
- RAMOS, Ricardo Tupiniquim. *Glossário da pesquisa Toponímia dos Municípios Baianos: descrição, história e mudanças*;
- TIBIRIÇA, Luiz Caldas. *Dicionário de Topônimos brasileiros de origem Tupi: significado dos nomes geográficos de origem tupi*.

Foram ainda utilizadas gramáticas desta língua, assim como outros trabalhos que abordaram esta temática, como a pesquisa “Bahia de Todos os Cantos e Recantos: marcas identitárias e culturais na toponímia da Bahia” da pesquisadora Clese Mary Prudente Correia, que trouxe a importância do léxico para a toponímia dos municípios, pois é através destes termos que podemos identificar várias características da comunidade, a sua origem, seus costumes, a sua língua e conseqüentemente a sua cultura. Outra pesquisa que ajudou muito neste processo foi “Toponímia dos Municípios Baianos: Descrição, História e Mudanças”, do pesquisador Ricardo Tupiniquim Ramos; este trabalho tinha como foco identificar a origem dos topônimos dos municípios baianos e um levantamento das mudanças ocorridas na toponímia do estado deste 1827 até 2000. Para a minha pesquisa esta abordagem permitiu conhecer os tipos de topônimos, a classificação destes no período citado, as relações entre os dois estratos linguísticos, indígena e português no Brasil colônia, a influência dos poderes político e religioso na toponímia e os topônimos existentes de origem indígena no Litoral Norte da Bahia. Diante destes dados foi possível afirmar que os topônimos de origem indígena citados nesta pesquisa são de origem tupinambá.

Na análise dos topônimos, foi ainda utilizada a classificação de Dick (1990), que identificou as principais características dos topônimos brasileiros, reunindo em duas categorias: categoria de natureza antropocultural, que reúnem aspectos sociais, históricos e culturais e a categoria de natureza física, ligada à fauna, à flora, à hidrografia e aos recursos minerais. No entanto, essa classificação só será usada de forma geral (topônimos de natureza física: fauna, flora, acidentes geográficos, são topônimos indígenas e topônimos com elementos sociais ou religiosos são de natureza antropocultural), assim fica mais simples diferenciar os topônimos citados na pesquisa. Os topônimos encontrados são fruto da história de contato entre os estratos indígena e lusitano, línguas de povos que conviveram na Costa dos Coqueiros no período de colonização do Brasil.

2 REVISITANDO A HISTÓRIA DO LITORAL NORTE DA BAHIA

2.1 EVIDÊNCIAS DOS PRIMEIROS POVOS QUE HABITARAM A REGIÃO

Estudando um pouco a história do Litoral Norte, percebemos que suas riquezas naturais já foram exploradas por diversos povos, e a habitação dessa região começou há pelo menos três mil anos. No passado o Litoral Norte da Bahia era habitado por povos nômades que viviam da coleta de tudo que era necessário para a sua sobrevivência. Nesta sociedade, cabia às mulheres a coleta de frutas e vegetais, enquanto os homens cuidavam da pesca e caça e da fabricação de ferramentas cortantes em pedra lascada para triturar os alimentos: “Os ambientes dunares de restinga foram ocupados também por grupos humanos pré-coloniais como já foi observado em várias partes do Brasil. No Nordeste foram localizados sítios arqueológicos sobre dunas no litoral da Bahia (norte e no sul)” (ETCHEVARNE, 1995, p. 114).

A partir do século IX, segundo o arqueólogo Valentín Calderón (apud ETCHEVARNE, 1995, p.123), o Litoral Norte da Bahia passou a ser habitado por uma população que se caracterizava por sua produção ceramista bastante uniforme, referimo-nos aos grupos denominados arqueologicamente de Aratu. Com apurada técnica de cerâmica, esta população confeccionava urnas funerárias, que foram encontradas em grande número nos sítios arqueológicos, além de diversos tipos de vasilhames de utilidade doméstica para o preparo e condicionamento de alimentos, “panelas e tigelas de forma simples, semi-esféricas ou acilindradas de parede abertas alisadas e que, como elemento decorativo, possuem uma ondulação pouco pronunciada nas bordas” (ETCHEVARNE, 1995, p. 114). Pelas formas das vasilhas é possível determinar o tipo de alimento que fazia parte da dieta desta população, para alguns arqueólogos os tubérculos aipim, batata-doce e o milho eram os preferidos, já a mandioca estaria excluída, pois não foi achado nenhum utensílio apropriado para o processamento que exige este tubérculo para ser ingerido.

O povo arqueologicamente chamado Aratu habitou por muito tempo o litoral, o recôncavo, a chapada e o agreste baiano. Segundo o arqueólogo Valentín Calderón (apud ETCHEVARNE, 1995, p.114). Esta comunidade deixou vestígios arqueológicos que possibilitaram conhecer um pouco da sua rotina, cultura, alimentação. Quanto ao seu meio de comunicação, a sua língua, infelizmente não temos relatos nem evidências. Com a chegada dos índios Tupis, os tapuias (povo não tupi) foram expulsos do litoral. Estes, além da terra, deixaram o legado da cerâmica, que de alguma forma foi aprendida pelos índios e aperfeiçoada, mostrando que apesar dos conflitos houve provavelmente um tempo de convivência entre estes

dois povos, deixando raízes tão profundas, que se torna impossível negar a influência destes naqueles.

No século XI, já se encontram evidências arqueológicas no litoral de um “grande contingente pluriétnico oriundo da região amazônica que ocupou quase todo o litoral brasileiro em diferentes movimentos migratórios”, designado de Tupi-guarani. (ETCHEVARNE, 1995, p.124).¹

Gabriel Soares de Souza afirmava, no século XVI, apoiado em informações dos índios muito antigos, que os primeiros povoadores, chamados de “tapuias”, ou seja, “não tupi”, teriam sido expulsos do litoral por um grupo Tupi denominado tupinaês e que estes teriam sido, em seguida, expulsos da região pelos tupinambás, outro grupo Tupi:

Os primeiros povoadores que viveram na Bahia de Todos os Santos e sua comarca, segundo as informações que se tem tomado dos índios muito antigos, foram os Tapuias, que é uma casta de gentio muito antiga, de quem diremos ao diante em seu lugar. Estes Tapuias foram lançados fóra da terra da Bahia e da vizinhança do mar d’ella, por outro gentio seu contrario, que desceu do sertão, à forma da fartura da terra e mar d’esta provincia, que se chama Tupinaê, e fizeram guerra um gentio a outro, tanto tempo quanto gastou para os Tupinaês vencerem e desbaratarem aos Tapuias, e lhos fazerem despejar a ribeira do mar, e irem-se para o sertão, sem poderem tornar a possuir mais esta terra de que eram senhores, a qual os Tupinaês possuíram e senhorearam muitos anos, tendo guerra ordinariamente pela banda do sertão com os Tapuias, primeiros possuidores das fraldas do mar; e chegando à noticia dos Tupinambás a grossura e fertilidade d’esta terra, se ajuntaram e vieram d’além do rio de S. Francisco descendo sobre a terra da Bahia, que vinham senhoreando, fazendo guerra aos Tupinaês que a possuíam, destruindo-lhes suas aldêas e roças, matando aos que lhe faziam rosto, sem perdoarem a ninguém, até que os lançaram fora das vizinhanças do mar; os quais se foram para o sertão e despejaram a terra aos Tupinambás, que a ficaram senhoreando. E estes Tupinaês se foram por em frontaria com os Tapuias seus contrários, aos quais faziam crua guerra com força, da qual os faziam recuar pela terra dentro, por se afastarem dos Tupinambás que os apertavam da banda do mar, de que estavam senhores, e assim foram possuidores desta provincia da Bahia muitos anos, fazendo guerra a seus contrários com muito esforço, até a vinda dos Portugueses a ela; dos quais Tupinambás e Tapinaês se tem tomado esta informação, em cuja memoria andam estas historias de geração em geração (SOUZA, 1851, p. 305-306).

Do ponto de vista arqueológico, a presença nessa região dos diversos grupos Tupi que em arqueologia estão englobados na denominação Tupi-guarani, é reconhecida, em primeira

¹ Segundo afirma Montserrat (1994), no Brasil há quatro grandes grupos de línguas indígenas: Tupi, Macrô- Jê, Aruak e Karib, com vários membros. A família tupi-guarani integra o tronco Tupi, e está presente em grande extensão da America do Sul, sendo composta de 21 línguas vivas atualmente. A essa família se relacionam geneticamente a língua tupinambá ou tupi antigo, que era falada em toda costa brasileira na época do descobrimento, em 1500. O tronco Macro- Jê se divide na família Jê, que se subdivide em quatro grupos (com várias línguas em cada um): Timbira, Kayapó, Akwén e Kaingáng. As línguas da família Jê são faladas desde o sul do Maranhão e do Pará passando pelos os estados de Goiás e Mato Grosso, até o Mato grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio grande do Sul. Os grupos de línguas Aruak e Karib segundo Rodrigues (1985), são considerados como famílias em vez de tronco.

instância pelo material cerâmico. Como afirma Etchevarne (1995, p.124-125), “a decoração, a forma e a função (inferida da forma) são os elementos básicos considerados para definir um sítio arqueológico como pertencente a essa tradição ou pelo menos influenciado por ela”. Os índios Tupi-guarani já utilizavam panelas e outros utensílios domésticos de cerâmica; donos de uma técnica apurada, os índios produziam uma grande variedade de vasilhames para o desenvolvimento das mais variadas atividades domésticas: “Entre a cerâmica de formas abertas se destacam os recipientes tipo bacias, de pouca altura, muito largos, de bases planas ou ligeiramente arredondadas, com bordas grossas reforçadas, denominados assadores, que serviam para o processamento da mandioca” (ETCHEVARNE,1995, p.125). O que diferenciava a sua cerâmica das outras é o capricho com que cada peça era pintada, com faixas em cores vermelha, branca e preta, formando figuras geométricas, que cobriam toda superfície da peça.

Quanto à sua moradia, os índios Tupi-guarani organizavam suas cabanas em formato de semicírculo ou elíptico, raramente em paralelo. O que mais chama a atenção é que estas aldeias se encontravam sempre nas proximidades de rio eram compostas por um grande número de indivíduos ocupando uma área de aproximadamente 400 m². Os sítios encontrados no Litoral Norte da Bahia devem ter aproximadamente 400 anos de idade, pelos fragmentos deixados e analisados. Nestes sítios foram encontradas urnas funerárias, o que nos leva a acreditar que os índios enterravam seus mortos.

Os povos do grupo Tupi-guarani, em seus deslocamentos, deixaram evidências de sua presença em todo litoral brasileiro. Acredita-se que esta facilidade em fixar-se em novas terras deve-se a sua facilidade no manejo de tubérculos, pesca e caça, que eram abundantes nessa região.

No Litoral Norte da Bahia passaram provavelmente diversos povos em épocas diferentes, que, dentro de sua cultura, deixaram para as comunidades seguintes um pouco do seu conhecimento, através da fabricação de ferramentas como a tecnologia Itaparica (indústria lítica do período holoceno), a cerâmica, as pinturas.

É difícil saber como os índios chamavam a língua que falavam; os portugueses, a partir do século XVII, passaram a chamar de língua brasílica.

Em toda esta província há muitas e várias nações de diferentes línguas, porém uma era principal que compreendia algumas dez nações de índios; estes vivem na costa do mar, e em uma grande corda do sertão, porém são todos estes de uma só língua, ainda que em algumas palavras discrepam e esta é a que entendem os portugueses (CARDIM, p.121, apud NAVARRO, 2004,p.01).

Pero de Magalhães Gândavo, em sua obra *Tratado da Terra do Brasil*, que conta “a História da Província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos de Brasil”, que foi publicada em 1576, afirma que na costa do Brasil só se falava uma única língua entre seus moradores, com pequenas mudanças na pronúncia entres os grupos indígenas, mas que não impediam a comunicação entre eles:

A língua de que usam, toda pela costa, é uma, ainda que em certos vocábulos difere em algumas partes, mas não de maneira que deixem uns aos outros de entender: e isto até altura de vinte e sete graus que daí por diante há outra gentildade, de que não temos tanta notícia, que falam já outra língua diferente. Esta de que trato, que é geral pela costa, é muito branda, e a qualquer nação fácil de tomar. Alguns vocábulos há nela de que não usam senão as fêmeas, e outros que não servem senão para os machos: carece de três letras, convém a saber, não se acha nela F, nem L, nem R, cousa digna de espanto porque assim não tem Fé, nem Lei, nem Rei, e desta maneira vivem desordenadamente sem terem além disto conta, nem peso, nem medida (GÂNDAVO, 1576, p.134).

O padre José de Anchieta foi historiador, gramático, poeta e teatrólogo, nascido na Espanha, que em 1551 ingressou na Companhia de Jesus, em Portugal, e chegou ao Brasil em 1554, junto com o segundo governador-geral Duarte da Costa, com objetivo de ajudar na evangelização dos indígenas no Brasil. Durante a sua vida no Brasil o padre José de Anchieta compôs peças de teatro, escreveu poesia e cartas na língua tupi, obras que o tornou um dos maiores escritores do século XVI no Brasil. Viveu na capitania de São Vicente, onde teve o primeiro contato com os índios, e desta convivência, aprendeu a língua Tupi e escreveu uma das suas mais importantes obras, *Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil*, publicada em 1595 em Lisboa. Durante dez anos o padre José de Anchieta morou com os índios, e neste período elaborou a *Arte de Gramática* para servir de instrumento para ajudar aos novos missionários a se comunicarem com os índios através da língua brasileira.

Para o padre José de Anchieta, a língua mais falada na costa do Brasil apresentava algumas variações de pronúncia, o que fez com que Navarro classificasse o tupi em dois grupos, segundo o sentido, um tupi genérico e um tupi específico: “Ora, o termo tupi tinha, já no século XVI, dois sentidos, um genérico e um específico. Como termo genérico, designava os índios da costa falantes da língua brasileira, apresentando o caráter de denominador comum.” (NAVARRO, 2004, p.11). O tupi em sentido específico seria o “nome de nação indígena falante da língua brasileira, cujos componentes não pronunciam a última consoante do verbo afirmativo, ex: apab dizem apá, em lugar de asen e apen, asê e apê, segundo nos informa Anchieta” (NAVARRO, 2004,p.12).

2.2 A CHEGADA DOS PORTUGUESES E O CONTATO COM OS POVOS INDÍGENAS

Durante pelo menos quatrocentos anos os índios Tupi-guarani ocuparam várias regiões do litoral brasileiro, segundo pesquisas arqueológicas, que encontraram vestígios da passagem destes índios em todos os estados das regiões Nordeste e Sudeste. Como afirma Etchevarne (1995, p.128), “a ocupação portuguesa do território nordestino pode ser considerada um divisor de águas, em termos cronológicos, pelos impactos provocados no universo das sociedades indígenas”.

Na Bahia, os índios entraram em contato com portugueses inicialmente no sul do estado, mais especificamente em Porto Seguro, na “costa do descobrimento”.² Segundo Navarro (1995), os Tupis da costa eram recentes no litoral na época da chegada dos portugueses ao Brasil; “entres eles havia memória de sua origem comum, uma prova disso eram certos designativos de nações Tupis, como temiminós e tamoios. Os temiminós quer dizer na língua Tupi neto ou descendente, conforme vemos em textos do início do século XVII” (NAVARRO, 1995, p.01). As divisões eram hábitos normais entre as tribos de origem Tupi-guarani, são vários os grupos que, apesar de ter nomes diferentes, pertencem à mesma linhagem de índios.

Os Tupinambás do Sul ou Tamoios, (os avós), eram Tupinambás que se espraíram pelo litoral do Rio de Janeiro. Em meados do século XVI, seus limites meridionais iam até Iperoig, a atual Ubatuba, na costa de São Paulo, chegando, ao norte, a região dos Campos dos Goitacázes, no atual estado do Rio de Janeiro, e entrando pelo vale do Paraíba do Sul (NAVARRO, 1995, p.05).

Como se encontra no relato de Gabriel Soares de Souza (1938), os primeiros índios avistados pelos portugueses no momento do descobrimento teriam sido os tupiniquins:

Entre os temiminós, ao sul, deste rio Cricaré no atual Espírito Santo, e os Aimorés ao norte, até o rio Camamu, na Bahia, viviam os Tupiniquins, os primeiros índios com que os portugueses avistaram-se ao chegarem ao Brasil em 1500. Pero Vaz de Caminha fez deles a primeira descrição física, a primeira feita de um índio brasileiro (SOUSA, 1938, p.37-88).

² Acredita-se que o primeiro europeu que manteve contato com os índios tupinambás da Bahia seria Diogo Álvares Correia, português procedente de Viana, que naufragou na costa da Bahia de Todos os Santos, e foi encontrado pelos índios com quem fez amizade, que o apelidaram de “Caramuru” nome tupi para a lampreia. Diogo Álvares viveu por décadas com os índios e casou com uma índia tupinambá chamada Catarina Paraguaçu, e deve ter sido o primeiro português a falar a língua tupi. Com a morte de Caramuru em 1557, sua esposa, que se converteu ao catolicismo, passou a ajudar as obras da igreja doando dinheiro para os mais pobres e intermediando nas relações entre índios e colonos e jesuítas contra a escravização e ocupação de terras indígenas no Litoral Norte da Bahia.

Era possível, naquele momento, encontrar índios em todo litoral baiano, desde o rio Camamu, em Ilhéus, até o rio Real, no Estado de Sergipe, pois o litoral representava para estes grupos fartura de alimentos e acesso fácil a água doce. Porém, os conflitos por terra ainda eram grandes entre as tribos que dividiam os mesmos espaços.

Os tupinambás da Bahia estavam, na época do descobrimento, estabelecidos na Baía de Todos os Santos e nas suas imediações, principalmente na bacia do rio Paraguaçu, a oeste da Baía de Todos os Santos. Segundo afirma Navarro, cada uma destas concentrações de tupinambás deveria conter cerca de cinquenta mil indígenas (NAVARRO, 1995, p.01).

A nação tupinambá, entre as de língua tupi, era a que mais se dividira pela costa; no final do século XVI eles estavam na Bahia, no Maranhão e no Rio de Janeiro (MATTEDI, 1999). Como afirma Couto (1998, p.58), os tupinambás ocupavam a costa desde a margem direita do rio São Francisco até a zona norte de Ilhéus, depois de terem vencido os seus anteriores habitantes. Eles se dividiam em dois grupos rivais: o primeiro estabelecido na área enquadrada pelos rios de São Francisco e Real (Sergipe) e o segundo, na área entre o litoral do rio Real até o Camamu, o que teria dado origem a um estado de guerra permanente. Já os moradores da região onde foi edificada a Vila do Pereira e, posteriormente, a cidade do Salvador, eram inimigos dos habitantes das ilhas de Itaparica e Tinharé e da costa norte de Ilhéus, “situação que provocava acesos combates entre aqueles bandos” (COUTO, 1998, p.158).

A costa brasileira no início do século XVI era habitada por vários grupos indígenas, resultado das divisões dos tupi-guarani: tupiniquins, potiguaras, tupinambás, temiminós, caetés, tabajaras, tamoios e tupinaés, que falavam a mesma língua, apesar de apresentar pequenas variações que não comprometia o entendimento entre eles.

No século XVII, com o avanço no processo de colonização, várias tribos foram dizimadas nas guerras contra o domínio português e outras por doenças trazidas com os europeus que desembarcaram no Brasil, o que provocou o desaparecimento de algumas tribos e redução considerável na população de índios no litoral brasileiro, como se constata nas palavras de Mattos e Silva, a seguir:

Quanto às línguas indígenas, admite-se que, no início da colonização portuguesa, no que viria a ser o Brasil, se usavam mais de mil línguas indígenas, de vários troncos e famílias linguísticas. Cálculo elaborado por um especialista renomado na questão, Aryon Rodrigues (1993, p.91), propõe que teriam sido, nos inícios da colonização, 1.175, das quais 85% desapareceram no período colonial, depois e continuam a desaparecer, ou porque os seus falantes se integraram na sociedade nacional, ou porque foram dizimados intencionalmente, ou por epidemias. Dos calculados cinco milhões de indígenas em 1500, diversos cultural e linguisticamente em mais de 1500 povos, admite-se 800.000 ao fim da colonização,

talvez 300.000, no fim do império, em 1822, cerca de 262.000 hoje [...] (MATTOS E SILVA, 2004, p.94).

2.3 INÍCIO DA COLONIZAÇÃO NA BAHIA

Com o declínio do sistema de Capitânicas Hereditárias, em 1548, por ordem do rei D. João II, foi implantado o Governo Geral, que tinha como objetivo centralizar a administração da colônia que vinha definhando, pois os donatários das Capitânicas Hereditárias não respeitavam ou ignoravam as ordens vindas de Portugal, causando um desconforto entre o rei e a igreja, sendo esta contra o extermínio e escravização dos índios, o que não era respeitado pelos colonos.

Em 1549 chega ao Brasil o primeiro Governador Geral, Tomé de Souza, junto com a sua comitiva, que trazia diversos profissionais e religiosos. Entre estes, podemos destacar um jovem ambicioso chamado Garcia d'Ávila, que assumiu o cargo de almoxarife (o que lhe dá uma série de atribuições ligadas à fiscalização e à cobrança de alguns direitos régios, além da confiança e proteção do governador).

No ano de 1550, sob o comando de Garcia d'Ávila, seis grandes aldeias de índios tupinambás foram destruídas e seus habitantes foram levados para Tatuapara para serem escravizados. Por estas ações em nome da coroa, Garcia d'Ávila foi agraciado com uma grande extensão de terra no Litoral Norte da Bahia, tornando-se em pouco tempo um dos maiores latifundiários do século XVI.

O ataque às aldeias dos índios tupinambás, que estavam localizadas no sertão de Peraxurim, entre as bacias dos rios Jacuípe, Itapicurú, Sauípe, Joanes e Pojuca, foi realizado pela necessidade de acesso a um porto natural, o único na redondeza que poderia receber caravelas de grande porte sem o perigo de encalhar nos arrecifes de coral, que se estendia desde o Rio Real à Bahia de Todos os Santos, além de impedir o comércio que os índios tupinambás realizavam com os invasores franceses nesta região, que era combatido por Diogo Álvares (Caramuru), que proibia a extração de pau-brasil, pimentas entre outros produtos comercializados com os franceses.

Na ocasião, para não gerar problemas com os religiosos, Garcia d'Ávila justificou que as aldeias foram incendiadas e seus moradores escravizados, porque, segundo os colonos, os índios tupinambás haviam invadido a Capitania de Francisco Coutinho, causando grandes

prejuízos, o que poderia incentivar outras tribos a fazerem o mesmo em outra Capitania, chamando o ataque então de “guerra justa”.

Diante da publicação de duas bulas papais em Roma, *Universibus Christi e Sublimis Deus*, que reconhecia que “os índios eram criaturas humanas, possuíam alma imortal e eram suscetíveis de fé e salvação” (BRUNET, 2008, p.18), teve-se medo de sanções do Vaticano ao que acontecia no Brasil, pois a distância do reino impedia que os valores morais e legais impostos pela coroa fossem respeitados pelos colonos, que faziam do comércio de pau-brasil e escravização dos índios o principal negócio da colônia. “Estas bulas proibiam, sob pena de excomunhão, a escravatura e a usurpação de seus bens. Os índios não deveriam ser levados à destruição pela escravização, mas à vida pelo exemplo e a oração” (BRUNET, 2008, p.18).

Para contornar esta situação, em 1548 foi elaborado um Regimento, que foi trazido por Tomé de Souza no ano seguinte ao Brasil, para tentar diminuir a tensão entre índios e colonos, pois neste Regimento previa que a paz e a guerra seriam tratados pelas autoridades metropolitanas. O objetivo era selar a paz com os nativos e garantir o povoamento e conseqüentemente a colonização, e reforçar as defesas contra os invasores franceses no litoral.

Os primeiros aldeamentos foram fundados em 1549, quando o então governador Tomé de Souza instituiu que estes novos espaços seriam organizados de forma a assegurar aos aldeados a ordem, segurança e a cristianização dos indígenas. Havia a condição de que o modo de vida dos indígenas sofreria alteração, pois o cacique e o pajé perderiam a liderança sobre a tribo e passariam esta responsabilidade para os jesuítas, que através de atividades pedagógicas e religiosas começariam o processo de catequização dos índios, como explica Brunet (2008). Na visão de Brunet (2008), apesar dos esforços dos jesuítas, o trabalho missionário no início não deu o resultado esperado, pois sem o costume de obedecer a uma liderança, os índios não se adequaram ao modo de vida europeu, o que tornava o processo mais difícil para os jesuítas em impor o controle da igreja e da coroa portuguesa.

Apesar de os aldeamentos na Bahia terem surgido entre os anos de 1549 e 1550, este projeto só começa a apresentar resultados favoráveis a partir de 1557, quando foi firmado um acordo de cooperação entre o Governador Geral Mem de Sá e o Padre Manoel da Nóbrega, pois na antiga gestão, devido à proximidade do governador com os colonos, impediam-se os jesuítas de expandirem os aldeamentos, já que aos colonos não agradava a formação dos aldeamentos jesuíticos, por retirarem os índios do trabalho forçado nas capitanias. Neste acordo, Mem de Sá aumentou o combate aos índios contrários de Portugal e criou leis que favoreciam o aumento no número de aldeamentos jesuíticos. A lei não impedia que outros aldeamentos paralelos de controle dos índios continuassem a existir, como exemplo, o aldeamento encontrado nas terras

dos Garcia d'Ávila, os aldeamentos particulares controlados pelos colonos e o aldeamento Del Rei, de responsabilidade de funcionários reais, que utilizava mão de obra indígena para realizar obras públicas, segundo Brunet (2008).

Os aldeamentos deveriam ser centros pedagógicos e ressocializadores, com o objetivo de transformar os índios em verdadeiros súditos da coroa, respeitando as leis impostas pelos portugueses, assim como ajudando na produção de riquezas para Portugal. E para evitar alguns excessos, em 24/02/1587 foi criada uma lei que obrigava que em todos aldeamentos deveria haver a presença de um jesuíta, o que não durou muito, pois com a pressão imposta pelos colonos em 1611, foi publicada outra lei que retirava a obrigatoriedade da presença de um missionário, e permitia a sua participação como membro, afim de facilitar a negociação entre índios e colonos, pois para o governador, os jesuítas tinha total condições de convencer os gentios a deixar a sua tribo e aceitar o modo de vida dos portugueses, como afirma Brunet (2008).

As vantagens oferecidas pelos lusitanos não eram vistas com bons olhos pelos os índios, que dentre suas limitações combatiam a exploração portuguesa, e como consequência tinham as suas roças destruídas, o sequestro de mulheres e crianças e escravização, além de serem considerados inimigos de Portugal.

Entre as décadas de 1560 e 1570, houve uma redução drástica na escravização de índios e no número de aldeamentos no litoral; podemos citar dois motivos: a chegada de mão de obra africana, que apesar de ser mais cara do que a dos nativos, aumentou a produtividade nas propriedades, e as epidemias que atingiam os indígenas, por estes serem mais vulneráveis às doenças trazidas pelos portugueses, o que matou muitos índios, diminuindo a também a mão de obra indígena. Em 1680, foi publicada uma lei que concedia liberdade a todos os índios, mas como afetava os interesses dos colonos, esta lei foi revogada em 1688, abrindo oportunidade para alguns colonos manterem índios trabalhando como escravos em sua propriedade.

2.4 O USO DE LÍNGUAS TUPI COMO LÍNGUAS GERAIS

Com avanço da colonização portuguesa no interior do Brasil, principalmente no Sul e Sudeste, o nome tupi passou a ser usado para denominar os índios que acompanhavam os bandeirantes, orientando na busca por metais preciosos, inclusive na destruição das poucas aldeias indígenas que encontravam, principalmente na bacia do rio Paraná, assim como na perseguição às missões jesuíticas.

Os bandeirantes, em sua maioria, eram filhos de índias tupis com pais portugueses; geralmente essas crianças adquiriam pela mãe a língua indígena, e por influência do pai muitas falavam também o português.

Durante o século XVII, o nome tupi ficou mais associado, sobretudo no Sudeste e Sul do Brasil, aos índios recrutados pelos bandeirantes para invadir e dominar as missões jesuíticas e outras comunidades de indígenas guaranis na bacia do rio Paraná. Os bandeirantes, em sua maioria, eram mamelucos, descendentes de mãe tupis e pais portugueses e, além do português, falavam uma variedade diferenciada da língua dos índios tupis, para qual foi-se firmando então o nome língua geral e que hoje distinguimos como língua geral paulista. (RODRIGUES,1986, p.29).

O termo ‘tupinambá’ no século XVII denominava os índios que habitavam os estados da Bahia, Maranhão e Pará, o que com o passar do tempo entrou em esquecimento, devido ao desaparecimento dos tupinambás do litoral baiano, assim como o avanço no processo de catequização dos índios pelos jesuítas nas poucas comunidades que restaram.

Já o nome tupinambá, usado pelos portugueses como etnônimo no século XVI e XVII para referência aos tupinambás da Bahia e aos do Maranhão e Pará, foi caindo em desuso com o quase total extermínio dos primeiros e a progressiva catequização e assimilação dos outros. São poucos os documentos escritos no Pará em que foi utilizada a expressão língua tupinambá em lugar de língua brasílica (RODRIGUES,1986, p.30).

2.5 OS ALDEAMENTOS INDÍGENAS NO LITORAL BAIANO

Durante o século XVI foram fundados vários aldeamentos nas proximidades da Vila do Pereira, hoje a Cidade de Salvador, e em seus arredores; entre estes, podemos citar o aldeamento dos Franceses fundado em 1552, por Caramuru, que depois deu lugar ao aldeamento de Nossa Senhora do Rio Vermelho, fundado em 1556 pelo Padre Antônio Rodrigues, que não durou muito devido às frequentes revoltas e o abandono pelos índios Tupinambás que ali viviam.

A história do bairro do Rio Vermelho se confunde com a chegada de Caramuru (no tupi significa peixe “moreia”) em 1509 ao Brasil, que depois de se salvar do naufrágio da embarcação, conseguiu nadar até a praia do Rio Vermelho, onde encontrou índios tupinambás, com quem conviveu por vários anos, até encontrar os portugueses.

A origem do bairro do Rio vermelho antecede em 40 anos a fundação da cidade do Salvador. Foi num dia de 1509 que uma embarcação naufragou no Rio Vermelho, e um jovem tripulante conseguiu chegar até a Pedra da Concha, uma minúscula ilha rochosa na Enseada da Mariquita, bem ao lado do Morro do

Conselho, e defronte da foz do rio Camurugipe. Sabe-se também que foi da Pedra da Concha que o naufrago efetuou o célebre disparo que matou um pássaro em pleno vôo. Como desconheciam arma de fogo, os índios, perplexos, começaram a exclamar. “ Caramuru!, Caramuru!, Caramuru!”, que na língua tupi significava “ homem de fogo; filho do trovão; dragão saindo do mar”. Graças ao tiro, além de salvar-se da antropofagia dos nativos, Diogo Álvaro Corrêa conquistou o respeito dos tupinambás, e ganhou o apelido que o tornaria lendário-Caramuru (CALABRESE, 2013, p.17-18).

O Aldeamento dos Franceses na verdade era o local onde Caramuru e os índios tupinambás, que o adotaram, faziam comércio de Pau-Brasil com os navios franceses que passavam pela costa do Brasil. Este não durou muito tempo, pois em 1552 a Câmara de Salvador solicitou ao governador geral a doação de uma porção de terra para criação de gado, e foi justamente cedida a sesmaria com extensão da Aldeia dos Franceses até o Rio Joanes, no Litoral Norte da Bahia.

No Rio Vermelho, Caramuru aprendeu a língua dos nativos, e se transformou no pioneiro da miscigenação racial baiana, graças á sua união com a índia Catharina Paraguaçu, que deu origem ao nascimento do seu primeiro filho – ou primeiros filhos- mamelucos. Foi também no Rio vermelho que Caramuru implantou um entreposto de comercio de escambo de Pau-Brasil com os aventureiros franceses. Por essa razão, a Mariquita ficou conhecida como Aldeia dos Franceses (CALABRESE apud, SOUZA,1961, 2013,p.19).

Segundo o professor Aurélio Ângelo de Souza (1961 apud CALABRESE, 2013), os topônimos ‘Camoroipe’ ou ‘Camorogipe’, que significa ‘Rio Vermelho’, e o topônimo ‘Mairaquiquilg’, que no português passou para ‘Mariquita’, eram nomes usados pelos índios tupinambás que habitavam o local.

Outro autor, o professor Aurélio Ângelo de Souza (1961), primeiro pesquisador da história do Rio Vermelho, foi quem divulgou que a origem do nome do bairro provinha do vocábulo tupi Camoroipe (que evoluiu para Camorogipe e outras formas de se grafar o nome do rio), que significava Rio Vermelho. O mencionado autor também foi avalista da chegada de Caramuru na Enseada Mairaquiquilg; ou seja, na Mariquita, que fica no Rio Vermelho (CALABRESE, 2013, p.18).

A Vila Velha, ou povoado do Pereira, era o local onde residia Caramuru e os índios tupinambás que o acolheram quando desembarcou no Rio Vermelho, em 1509. Localizado no Porto da Barra, se estendia até o bairro da Graça, morro do Santo Antônio e a praia do Porto da Barra; foi nesta que, com o apoio de Caramuru, começou o processo de catequização dos índios em 1550, além de servir como ponto de observação para alertar as tropas portuguesas da chegada de embarcações inimigas que entrassem na Baía de Todos os Santos. Acredita-se que

essa comunidade resistiu até o século XVII, pois os índios que ali habitavam ajudaram na expulsão dos holandeses em 1624, como afirma Paraíso (2011).

Com a doação para a Câmara Municipal de Salvador da sesmaria que iniciava na Aldeia dos Franceses, podemos concluir que nesta época o que chamamos de Litoral Norte começava desde a praia do Rio Vermelho até o rio Joanes em Lauro de Freitas, prolongando-se pelas terras dos Garcia d'Ávila, no atual Município de Mata de São João.

A toponímia Aldeia dos Franceses perdurou até 1552, quando a Câmara Municipal de Salvador solicitou a doação de um território para a criação de gado. Conforme a petição, a sesmaria foi requerida com a seguinte delimitação pela costa: “[...] da Aldeia dos Franceses até o rio Joanes [...]”. No deferimento do governador geral, Thomé de Souza, houve algumas alterações, como a supressão do nome Aldeia dos Franceses e o aparecimento da denominação Rio Vermelho, uma referência ao rio que desaguava na Aldeia dos Franceses, que foi tomado como posto de medição (CALABRESE, 2013 apud FILHO, 2011, p.19).

Pouco tempo depois, em 1556, foi fundado no Morro do Conselho o Aldeamento Nossa Senhora do Rio Vermelho, pelo padre Antônio Rodrigues, com o objetivo de catequizar os índios que viviam no local, mais devido a problemas de convivência entre os índios e os religiosos, este aldeamento foi abandonado e seus habitantes foram levados para o Aldeamento São Paulo, e um pequeno contingente permaneceu no local ajudando os jesuítas:

Já o Aldeamento de Nossa Senhora do Rio Vermelho teve vida conturbada. Situado no Morro do Conselho, no atual bairro que leva seu nome, foi fundado em 1556 pelo padre Antônio Rodrigues e sua igreja inaugurada por Manoel da Nóbrega. Os aldeados promoveram sucessivas revoltas e parte deles, inclusive, o cacique e suas setes mulheres e respectivos filhos, abandonaram o local (PARAÍSO, 2007, p.05).

Outros aldeamentos foram fundados pelos jesuítas nesta época para catequização dos índios que viviam nesta região; podemos citar: o aldeamento Calvário, localizado no Carmo em Salvador, e o aldeamento São Lourenço, localizado na Chapa do Rio Vermelho, na foz do rio Camarugipe. Essas duas aldeias tiveram revoltas de índios tupinambás, devido à forma como os inácianos tratavam os indígenas, pois não havia respeito à cultura nem à autoridade do cacique. Eram comuns as pregações fazendo críticas à poligamia e à antropofagia, que faziam parte do costume de algumas tribos. “A missão dos padres era considerada tão relevante que Tomé de Souza lhes permitiu pregar fora dos limites da cidadela. A insatisfação dos índios com as críticas dos inácianos às práticas de poligamia e antropofagia manifestou-se em revoltas no primeiro ano” (PARAÍSO, 2011, p.92).

Já o aldeamento de São Paulo, localizado na Baixa de Quintas, foi fundado pelo governador Mem de Sá, em 1558. Para este local eram levados os índios oriundos de aldeamentos fechados ou com problemas de relacionamento entre indígenas e inacianos, eram usuais as festas onde acontecia o batismo dos índios tupinambás neste local. Durante as guerras declaradas pelo governador Mem de Sá, havia sempre participação destes índios no combate aos inimigos dos portugueses.

O aldeamento de Simão, localizado no Forte de São Pedro, no Passeio público, próximo ao Gamboa, e o aldeamento de São Sebastião, localizado próximo ao Simão, não tiveram vida longa, pois foram atingidos pela epidemia de varíola, responsável pela morte de vários indígenas destes aldeamentos, sendo preciso o fechamento destes espaços (PARAÍSO, 2011, p.95).

A conhecida Ilha de Itaparica no século XVI pertencia à Cidade de Salvador. Havia grande concentração de índios tupinambás na região, por este motivo foi fundado pelos jesuítas um povoado e a Igreja do Senhor de Vera Cruz neste local, subordinados à cidade de Salvador, o que aconteceu por volta de 1560 (IBGE, 1959, v. XX).

A terra onde hoje está situado o Município de Lauro de Freitas foi doada em 1552 pelo governador geral Tomé de Sousa a Garcia d'Ávila, em forma de sesmaria (sistema concessão português que buscava a exploração econômica de terras incultas), com o objetivo de aumentar e acelerar a produção agrícola e a ocupação da área desabitada da colônia. Esta região também era habitada por índios tupinambás, o que logo atraiu os jesuítas para ali. Formou-se uma missão, a fim de catequizar aqueles indígenas. Não demorou e esta comunidade foi elevada à condição de freguesia de Santo Amaro de Ipitanga, e logo depois foi fundada uma paróquia que levou o mesmo nome da freguesia em 1608, que hoje é a igreja matriz do Município de Lauro de Freitas.

A história do Município de Lauro de Freitas se inicia no século XVI, mais precisamente em 1552, quando o então governador geral, Tomé de Sousa, cedeu alguns lotes de terra do litoral baiano a Garcia d'Ávila. Na região, instalou-se uma missão jesuítica, que deu origem à freguesia de Santo Amaro do Ipitanga. A população da região era formada por um grande número de indígenas habitantes do Morro dos Pirambas (MELLO, 2008, p.01).

A história do aldeamento São João teve início em 1560, quando ainda estava localizado em Plataforma, Baía de Pirajá. Este aldeamento foi abandonado pelo cacique e seu povo no dia da procissão do Domingo de Ramos. Há diversas hipóteses para a saída dos índios do local; o que parece ter motivado mais sua saída foi a forma como os jesuítas tratavam os índios, tirando a autoridade do chefe e tentando influenciar no modo de vida da comunidade, assim como

aplicando restrições aos seus costumes. Insatisfeitos com a fuga dos índios, os jesuítas recorreram ao governador Mem de Sá, que via com bons olhos os aldeamentos, e obrigou o cacique e seu povo a voltar para o aldeamento, para não servir de “mau exemplo” para outros índios aldeados. Em consequência deste fato, o cacique Mirangoaba foi preso e obrigado junto com seu povo a ajudar os portugueses na Guerra do Paraguai, no Combate à Confederação dos Tamoios e aos franceses no Rio de Janeiro. O local ficou conhecido como Tapera de Mirangoaba, e foi abandonado até pelos jesuítas, que resolveram transferir o aldeamento para as proximidades do Município de Mata de São João, distante umas seis léguas da antiga localização.

No novo aldeamento, que passa a se chamar Aldeia Nova de São João, passaram a viver os índios que foram levados pelo Padre Gaspar Lourenço e o Irmão Simão Gonçalves, em 1561, de outro aldeamento, Santiago. No local foi construída uma igreja onde houve o batismo coletivo de índios tupinambás.³ Após dez anos de sua fundação, o aldeamento foi invadido e seis dos seus habitantes foram levados por Fernão Cabral, com o apoio do governador geral Mem de Sá. Os índios foram libertos e em 02-05-1571 o governador efetuou uma doação de terras para a comunidade. Este aldeamento foi desativado no século XVII, e os aldeados foram transferidos para o aldeamento do Espírito Santo, em Abrantes, segundo afirma Paraíso (2011).

O aldeamento Santiago, localizado no Litoral Norte da Bahia, próximo à Aldeia Nova de São João, foi fundado pelo governador geral Mem de Sá em 1559. Apesar da baixa qualidade do seu solo para a agricultura, este aldeamento chegou a abrigar mais de quatro mil indígenas em 1561. No entanto, em 1564 o aldeamento Santiago foi desativado devido à epidemia de varíola, que matou muitos índios, e os sobreviventes foram obrigados a buscar abrigo em outro aldeamento, como a Aldeia Nova de São João, ou fugir para o interior, segundo informa Paraíso (2011).

A história do Município de Camaçari tem início no século XVI, às margens do Rio Joanes, em 1558, quando os jesuítas João Gonçalves e Antônio Rodrigues fundaram a Aldeia do Divino Espírito Santo, onde os índios tupinambás que viviam na região eram catequizados. Localizado onde hoje se está situada uma região periférica dos municípios de Lauro de Freitas, Camaçari, Mata de São João e Conde, o aldeamento era cortado pelos Rios Joanes e da Capivara. Segundo Brunet (2008, p.50-51), inicialmente o aldeamento foi instalado em um ponto não identificado às margens do Rio Joanes, havendo sido posteriormente transferido para a foz do rio Joanes, alegando-se que a área anterior seria insalubre. Em 1560, dois anos após sua

³ Acreditamos que esta igreja citada pode ser a Igreja Matriz do Município de Lauro de Freitas; no entanto, não localizamos uma comprovação dessa hipótese.

fundação, o aldeamento teria se tornado “uma das principais estruturas missionárias jesuíticas da América portuguesa”, atingindo uma população de quatro mil pessoas (BRUNET, 2008, p.50-51). Esta aldeia durou duzentos anos até ser elevada à condição de Vila de Abrantes pelo Diretório Pombalino; nesta época o local tinha aproximadamente 500 casas.

O bairro de Itapuã teve uma importante participação no processo de ocupação portuguesa no Litoral Norte da Bahia. No século XVI esta região era ocupada por índios tupinambás; com a doação da sesmaria à Câmara Municipal de Salvador, esta região virou a principal rota de passagem da produção agrícola para abastecer Salvador e passagem obrigatória dos viajantes que iam em direção ao recôncavo baiano.

A história de Itapuã começa em 1552, quando o governador geral Tomé de Sousa doou para Câmara Municipal de Salvador a sesmaria que começava no bairro do Rio Vermelho e terminava em Lauro de Freitas, incluindo Itapuã, que junto com a Casa da Torre de Garcia d’Ávila, formavam o cinturão de defesa da costa de Salvador e Litoral Norte. Em 1555 os índios tupinambás que moravam em Itapuã entraram em confronto com o contingente da Casa da Torre, e foi preciso a intervenção do governador geral Duarte da Costa para acabar com a revolta dos índios.

O primeiro núcleo de ocupação de europeus no Litoral Norte da Bahia foi o da família Ávila, que se instalou no atual Município de Mata de São João, e de lá organizaram grupos de bandeiras para desbravar as terras vizinhas; esta ocupação se deu lentamente. Entre os séculos XVI e XVII, estas regiões eram ocupadas por índios tupinambás.

A região onde hoje está situado o território Litoral Norte e Agreste Baiano, nos primórdios da colônia portuguesa no novo continente, fazia parte de uma hinterlandia que se iniciava nas terras ao norte da cidade do Salvador da Baía de Todos os Santos e se estendia até as terras do atual Estado do Maranhão. Inicialmente habitada por nativos das tribos indígenas, a primeira povoação branca foi a Casa da Torre, também denominada de Castelo Garcia D’Ávila. Funcionando em sistema de sesmaria com terras doadas pelo governador-geral Tomé de Souza, a Casa da Torre desbravou as terras ao norte da povoação, ampliando o domínio português entre os povos indígenas ali instalados (SEI, 2016).

Após a construção da Casa da Torre de Garcia d’Ávila e implantação da agricultura e pecuária nesta sesmaria, surgiu a necessidade de aumentar a produção agropecuária, o que motivou Garcia d’Ávila a expandir seus domínios através da ocupação de novas áreas localizadas ao norte do seu castelo, possibilitando o surgimento de novos povoados, consolidando o domínio português em terras indígenas, que com o passar do tempo deu origem a vilas e cidades. “A ocupação primitiva do TLNAB (TERRITÓRIO LITORAL NORTE E

AGRESTE BAIANO) esteve relacionado à colonização portuguesa no litoral brasileiro, através da cultura canieira que se disseminou ao longo da costa, consolidando os principais núcleos urbanos nos vales dos rios, concomitante com a pecuária extensiva e a produção agrícola de subsistência” (PTDS, 2012, p.13).

Pode-se considerar que a ocupação do Agreste Baiano começou a se definir com a expansão da pecuária a partir da Casa da Torre de Garcia D’Ávila, ainda nos séculos XVI e XVII, a partir dos caminhos existentes entre o Recôncavo (grande centro produtor de açúcar da colônia) e regiões mais longínquas. Consolidou-se com as estradas das boiadas, as feiras e os pontos de parada do gado, além da complementaridade do Território com o Recôncavo a partir do fornecimento de lenha e animais de tração (Litoral Norte) para os engenhos de açúcar (Recôncavo) (PTDS, 2012,p.13).

A capacidade de expansão territorial se deu de forma escalonada e lenta, pois as dificuldades encontradas em espaços estranhos impediram o avanço português, que pela necessidade de ampliar sua produção de açúcar, procurava terras férteis nas proximidades de rios, para facilitar a produção e o escoamento destes produtos geralmente exportados para abastecer o mercado europeu. Por este motivo que temos a ligação entre o Litoral Norte com o Agreste e Recôncavo Baiano. “O processo histórico de ocupação do TLNAB não se deu de forma contínua, sendo importante ressaltar que o território contou com três sub-regiões: Recôncavo Norte, Litoral Norte e Agreste de Alagoinhas, primeiro, segundo e terceiro lugar respectivamente, em termos de antiguidade de ocupação” (PTDS, 2012, p.14).

Os primeiros municípios do Território a serem criados foram Itapicuru e Jandaíra, antes denominados, Vila de Itapicuru de Cima e Vila de Abadia, em 1727. Jandaíra, tendo como segundo nome Cachoeira de Abadia, teve o seu Topônimo alterado para atual nomenclatura pela Lei estadual nº 2045, de 17 de agosto de 1927. Mesmo com antecedentes históricos do período colonial, boa parte dos municípios do Território de Identidade foi criado no século XX (SEI, 2016).

As três sub-regiões em que foi dividida a expansão territorial de Garcia d’Ávila apresentavam características diferentes, em relação à produtividade e qualidade do solo. A sub-região do Litoral Norte não possuía um solo indicado para a cultura do açúcar e café, mas oferecia boas condições para a produção de coco e a pecuária, enquanto que a sub-região do Recôncavo Norte propiciava a produção de açúcar, mas as terras não apresentavam boas condições para o cultivo em larga escala, sendo utilizada somente em época de aumento do preço do açúcar. Já na sub-região Agreste, Alagoinhas foi a última área a ser ocupada, e era a melhor em produtividade, pois nesta terra havia condições necessárias para o cultivo tanto do

açúcar quanto do café e para a pecuária, que faziam parte do grupo de mercadorias exportadas para a Europa.

A ocupação histórica da sub-região Recôncavo Norte que reunia os municípios de Catu e Itanagra esteve atrelada à produção de açúcar, mantendo, no período colonial papel complementar à produção açucareira no cenário nacional. As terras desta parte da região eram consideradas menos propícias ao cultivo de cana-de-açúcar, sendo usadas apenas nos períodos de alta internacional dos preços do produto, quando a plantação se expandia para áreas periféricas ao Recôncavo baiano, atingindo os municípios citados. Na baixa estação, nestas terras desenvolvia-se a pecuária extensiva.

Agrupando os municípios de Entre Rios, Esplanada, Cardeal da Silva, Conde e Jandaíra, a sub-região Litoral Norte não possuía solo que favorecesse a plantação de lavouras (açúcar, café); nessas áreas eram cultivadas, apenas, mandioca e coco. Por esse motivo é que a sub-região destacou-se pela pecuária extensiva tendo sido fornecedora de carne e animais de tração para canaviais e engenhos.

E, por fim, a sub-região Agreste de Alagoinhas constituída por Aramari, Acajutiba, Aporá, Alagoinhas, Ouriçangas, Inhambupe, Sátiro Dias, Rio Real, além de quatro municípios que não pertencem à região econômica Litoral Norte. De ocupação mais recente do que as outras sub-regiões, o Agreste de Alagoinhas contava em atividade de pecuária e pequena produção (PTDS, 2012, p.140m estrutura produtiva diversificada, estrutura fundiária menos concentrada e com terras de melhor qualidade, nas quais se misturava).

A história do Município de Entre Rios se confunde com a história da maioria dos municípios da região, visto que, com a chegada da família de Garcia d'Ávila no litoral, teve início o período de ocupação de terras indígenas e expulsão dos índios do Litoral Norte da Bahia. Os primeiros confrontos entre índios e portugueses datam de 1549, ano da fundação da Cidade de Salvador, época de grande derramamento de sangue, onde os índios foram massacrados e escravizados pelos portugueses.

Com a colonização inicia-se a expulsão dos índios de todo o litoral, datando 1549 os primeiros conflitos entre brancos e índios, especificamente no Litoral Norte (STIFELMAN, 1997 e GUERREIRO, 2004). Santos (2006) relata que os Garcias D'Ávila subjugaram os índios tupinambás, tupis e massarandupióis que habitavam nessa região, estendendo suas terras até as margens do rio São Francisco (SOUZA, 2009, p.53).

Assim surgiu o Município de Entre Rios e muitos outros no Litoral Norte da Bahia, motivados pelos incentivos da coroa portuguesa, que precisava ocupar espaços que para eles estavam desocupados, mas ali viviam milhares de índios, que foram expulsos de suas terras para a implantação do processo de produção agropecuário para abastecer a cidade de Salvador e o mercado europeu.

A primeira penetração nas terras do atual município ocorreu no século XVI. Desbravando as terras marginais dos rios Joanes, Inhambupe, Itapicuru e outro, bandeiras encontraram pontos aprazíveis onde se fixaram, numa elevação de terreno situado entre os rios Inhambupe e Subaúma. Essas terras atraíram, pela sua fertilidade, diversos colonos que, com suas famílias, deram início à nova comunidade. Na povoação foi erguida uma capela, tendo sido, pouco tempo depois criada a freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres de Inhambupe e o distrito do mesmo nome pela Resolução provincial nº 308, de 01-07-1848, desmembrada da freguesia do Divino Espírito Santo do Inhambupe a que a capela era subordinada. Foi elevada à categoria de vila pela Lei provincial nº 1.178, de 03-04-1872 com o nome de Entre Rios. A vila de Entre Rios recebeu a categoria de cidade em virtude do estabelecido pelo Decreto-lei estadual nº. 10.724, de 30-03-1938 (IBGE, 1958, v. XX).

O povoado de Massarandupió ficou conhecido como o local de refúgio de índios tupinambás oriundos de Vilas de Abrantes, após a implantação do Diretório Pombalino, o que aconteceu no final do século XVIII. O aldeamento de Massarandupió foi fundado pelos jesuítas Luiz da Grã, Antônio Rodrigues e Gaspar Lourenço, ainda no século XVI. Depois da saída da Companhia de Jesus da administração dos aldeamentos indígenas, este local passou a ser administrado pelos padres Carmelitas descalços, depois pela Ordem dos Frades Menores e por último pelos padres Marianos já no século XVIII.

O aldeamento, como dito anteriormente, surgiu com a chegada dos portugueses no Litoral Norte, mais especificamente da família de Garcia d'Ávila, que no seu processo de expansão territorial fundou várias comunidades e cidades. Massarandupió é um povoado do Município de Entre Rios e está situado no km 88 da Linha Verde, rodovia que liga Salvador a Sergipe.

A ocupação de Massarandupió tem uma história semelhante à da área costeira do litoral Norte. Conforme referido anteriormente, com a colonização as terras são doadas por Tomé de Souza a Garcia D'Ávila, que tem como principal base de apoio para exploração e expansão da área a enseada de Tatuapara, a partir de onde instala a propriedade latifundiária “casa da Torre de Garcia D'Ávila”. As terras sob seu domínio estendem-se até o estado do Maranhão, tornando-se um dos maiores latifundiários e pecuaristas do Brasil colonial. [...] Há registro de muitos de conflitos com os habitantes originais, sendo os índios perseguidos, escravizados e mesmo dizimados nesse processo (SOUZA, 2009, p.103)

2.6 A CONVERSÃO DOS ALDEAMENTOS A VILAS

Em meados do século XVIII, após quase duzentos anos de serviços de catequização dos índios, chega ao fim o acordo de cooperação entre Portugal e a Companhia de Jesus. Como afirma Brunet (2008), numa sequência gradual de medidas, foi sendo abolido o poder jesuítico

na região norte da América portuguesa: “inicialmente as Leis de 06 e 07/06/1755 instituíram a liberdade dos índios e a secularização de todas as aldeias da região, definindo assim, a separação dos poderes civil e espiritual” (BRUNET, 2008, p.38). Ainda segundo a autora, através de Alvará de 08/05/1758, o rei D. José I extinguiu a administração temporal dos inacianos nas missões indígenas no Estado do Brasil e estendeu a liberdade dos índios para suas pessoas, bens e comércio, “graça concedida, anos antes, aos índios do norte da América portuguesa pelas Leis 05 e 06/06/1755” (BRUNET, 2008, p.44).

A conjuntura desfavorável aos jesuítas chega ao apogeu no reinado de D. José I, iniciado em 1750, e a ascensão do ministro José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal. É nesse período, denominado de Época Pombalina, que o ideário iluminista de rejeição ao antigo lentamente sabotou, através de um discurso ostensivamente contrário, a posição ocupada pela Companhia de Jesus no centro do poder estatal e sua atuação nos estados europeus, principalmente nos países ibéricos, onde notadamente a influência dos inacianos era exacerbada (BRUNET, 2008,p.38).

No intento de tornar clara a nova relação entre a coroa e a comunidade indígena, foi publicado em 17/08/1758 o Alvará que institui, com força de lei, o Diretório dos Índios, que tinha como objetivo alterar as relações entre os índios e a administração, com o intuito de beneficiar financeiramente os portugueses. “Com a implantação do Diretório Pombalino foi revogado o Regimento das Missões, em voga desde 1686, e extinta a administração eclesiástica dos aldeamentos e a tutela dos missionários sobre os índios” (BRUNET, 2008, p. 39).

O Diretório Pombalino era composto de 95 parágrafos. Do 1º ao 16º é tratada a civilidade dos índios, do 17º ao 73º são abordados assuntos diversos sobre a economia, e do 74º ao 95º estabelece-se o plano de colonização. O ponto que ganhou maior destaque neste diretório é a exigência de se falar a língua portuguesa por todos na colônia.

O Diretório dos Índios, ao impor aos índios valores europeus, principalmente a vida sedentária, a hierarquização social e a obrigatoriedade da prestação de trabalho à colonização, determinava um status específico para os índios dentro da sociedade colonial; livres, porém com direitos e deveres restritos e impedidos de seguir seu próprio modo de viver (BRUNET, 2008, p.41).

Através de leis e cartas régias, o rei D. José I orientava o Vice Rei do Estado do Brasil, o Conde dos Arcos, a transformar todos os aldeamentos em vilas, as quais receberiam nomes iguais aos usados em Portugal, e deveriam garantir o direito da terra aos índios. Nesta conjuntura, os jesuítas não teriam nem o poder espiritual, pois as missões foram transformadas

em paróquias sob a gestão de religiosos do Hábito de São Pedro, contando com a ajuda do Conde dos Arcos para efetuar estas mudanças (BRUNET, 2008).

O primeiro aldeamento transformado em vila fora da região do Grão Pará foi o aldeamento do Espírito Santo. Este aldeamento desempenhou um importante papel em 1624, quando índios aldeados e portugueses lutaram juntos contra a invasão dos holandeses. Neste período, o aldeamento assumiu a posição de capital da colônia, pois Salvador se encontrava sitiada. O aldeamento passou, então, à condição de primeira vila fundada no Brasil fora da região do Grão Pará em 1758.

Na Bahia, que era a capital do Império português na América, que gozava de uma estabilidade financeira baseada na agropecuária, utilizando quase na totalidade mão de obra africana, o Diretório só serviu para introduzir os poucos índios que restaram na sociedade. Ameaçados pelo processo de colonização, e conseqüentemente a expansão do agronegócio, os índios sofreram com a escravidão imposta pelos colonos para alavancar seus empreendimentos, além das epidemias que reduziram a população indígena, por ser esta mais vulnerável às doenças trazidas pelos europeus. Tudo isso levou a comunidade indígena a se refugiar em aldeamentos administrados pelos jesuítas, os quais, com a chegada do Diretório, perderam espaço, deixando os índios em situação difícil para se adaptar ao novo cenário social, onde as cobranças por conhecimento e produtividade levaram muitos a fugirem das vilas fundadas pelo Estado, que difundia uma falsa liberdade e igualdade, só visível no momento de cobrar impostos (BRUNET, 2008).

Com a missão de estender as determinações do Diretório Pombalino para o Estado do Brasil além do Grão Pará e Maranhão, chega a Salvador José Mascarenhas Pacheco Coelho de Melo e Estevão de Almeida de Vasconcelos Barberino, enviados pelo o rei D. José I, que veio juntamente com o governante Conde dos Arcos e o Desembargador do Tribunal da relação da Bahia Antônio de Azevedo Coutinho fazer cumprir as diretrizes do Diretório Pombalino e fundar o primeiro Conselho Ultramar nos Trópicos na cidade de Salvador, que seria presidido pelo Conde dos Arcos. Este conselho vai elaborar medidas que eliminariam o poder jesuítico em toda a América portuguesa, a começar pela Bahia, que era considerada como um Vice Reinado.

Em 19 de maio de 1758, outra Carta Régia comunicava ao Conde dos Arcos a criação do primeiro Conselho do Ultramar nos Trópicos na cidade de Salvador, colegiado encarregado de gerenciar a implantação do governo civil entre os índios e dar andamento às reformas necessárias ao afastamento dos jesuítas (BRUNET, 2008, p.45).

É importante ressaltar que a implantação do Diretório Pombalino se deu durante um período de grande crise econômica em Portugal, e o Brasil tornava-se uma saída para sanar as dívidas que Portugal havia contraído com outras potências europeias, principalmente a Inglaterra. Apesar de ser um reino rico, dono de várias colônias e principal produtor de ouro, este império ainda necessitava de produto industrializado, do trigo e também sofria com tratados desfavoráveis que havia assumido com a Espanha para assegurar a sua autonomia política no século XVII, que custava muito caro manter. É neste contexto que surge a necessidade de transformar os indígenas em verdadeiros produtores agrícolas, a fim de aumentar a produção e consequentemente as exportações; para isto precisava que índios se tornassem súditos obedientes da coroa e falantes do português, coisa que não acontecia nos aldeamentos. Para Portugal, os jesuítas eram alinhados da Espanha e pretendiam criar um outro estado espanhol dentro dos domínios portugueses, pois eram responsáveis pela catequização dos índios. É neste momento, com o intento de enfraquecer o domínio de inicianos sobre os indígenas, que surge o Diretório Pombalino. “Com a implantação do Diretório Pombalino foi revogado o Regimento das Missões, em voga desde 1686, e extinta a administração eclesiástica dos aldeamentos e a tutela dos missionários sobre os índios” (BRUNET, 2008, p.39).

Diante desta situação incômoda que Portugal enfrentava na época do Diretório, é possível destacar entre as razões para que o rei tomasse esta decisão:

A primeira é a de que o Diretório, como política indianista, foi um plano prioritariamente civilizador de incorporação dos índios à sociedade dominante, tendo o plano econômico sendo meramente secundário para a expansão e preservação dos domínios portugueses. A segunda é a de que o Diretório foi um plano eminentemente econômico, traçado com a finalidade de superar a crise econômica que se abatia sobre Portugal e seus domínios, sendo o ideário ilustrado e a liberdade dos índios meros panos de fundo para sustentar a nova estratégia econômica que visava promover o tão sonhado soerguimento português frente às potências europeias (BRUNET, 2008, p.39).

Com a fundação das vilas, o aldeamento Espírito Santo passou a se chamar Vila de Abrantes, escolhida pelo governo civil para avaliar os efeitos da transição e impactos provocados pela mudança de Gestão. O que ficou evidenciado nos primeiros momentos da nova forma de gestão e implantação do Diretório e que reacendeu os conflitos pela terra entre índios e colonos no Litoral Norte da Bahia, neste momento, foi que os maiores prejudicados foram os índios, visto que perderam suas terras, foram transformados em vassallos obedientes da coroa portuguesa, e até mesmo o direito de falar a sua língua foi negado, assim como de morar em aldeias e cultivar seus costumes.

Depois de decretada a igualdade civil em 1758, restava, além da questão de como demarcar as terras da sesmaria, definir que mecanismos deveriam ser criados para estimular as relações sociais e econômicas entre índios e colonos. Também deveria-se implantar o governo civil dos índios, uma das etapas essenciais para a transposição do Diretório dos Índios e estimular as relações interétnicas que, segundo a visão dos administradores metropolitanos, não existiam (BRUNET, 2008, p.88).

A fim de avaliar e sugerir possíveis intervenções, o Ministro José de Mascarenhas Pacheco foi a Vila de Abrantes fazer uma visita de rotina. No primeiro momento o que ficou evidente foi o grande número de rendeiros ocupando as melhores porções das terras da sesmaria e que os índios dependiam das terras arrendadas para se manter. Os rendeiros exploravam estes espaços plantando frutas, verduras e legumes, assim como com atividade de pesca. Esta situação levou o Ministro, em reunião no dia 04/11/1758 solicitar a redução da quantidade de rendeiros, o que foi aprovado pelos administradores portugueses, e determinou que aqueles que permanecessem só poderiam ocupar as áreas centrais das novas vilas, a fim de auxiliar os índios na administração da sesmaria, além de servir de exemplo para os indígenas dos costumes europeus. Os demais rendeiros tinham a validade de dois anos para efetuar a colheita e se retirar das terras da sesmaria. Esta decisão tinha exceção para os comerciantes e negociantes, desde que não morassem neste local, com esta medida garantia-se o escoamento da safra, o aumento da produção e estímulo ao comércio.

A ocupação das terras indígenas por rendeiros não era vista com bons olhos pelos conselheiros, visto que os constantes conflitos e controle da terra dificultavam a aplicação de novas medidas do Diretório, como por exemplo os casamentos interétnicos, que além de promoverem a igualdade civil entre as partes, influenciavam os índios a aprenderem os hábitos e modo de produção europeu, gerando aumento de arrecadação para os cofres públicos.

Para incentivar este tipo de casamento, foram concedidas vantagens para aquele que se casasse com uma índia de Abrantes, como: acesso à terra na área da vila e concessão de dote, além da liberação de os parentes da noiva ajudarem na atividade agrícola da família.

Com a elevação do aldeamento à condição de vila e o afastamento dos jesuítas da administração do aldeamento, foi inevitável que os índios aldeados tivessem a necessidade de assumir esta função, e para ajudar neste momento de transição os moradores solicitaram em 09/12/1758 ao Conselho Ultramarino ajuda financeira e técnica para comprar roupa, contratar professores e funcionários administrativos e judiciários, assim como para realizarem reformas

dos antigos prédios jesuíticos que serviam de cadeia e casa da câmara. O que mais chamou a atenção dos Conselheiros foi que dos duzentos e trinta e seis índios, sendo cento e vinte três mulheres, a maioria falava e entendia a língua portuguesa, porém poucos foram alfabetizados. Há quem atribua a culpa aos índios, pelo baixo índice de alfabetizados, devido ao fato de eles se dedicarem mais às atividades agrícolas do que se submeterem ao regime escolar imposto pelos jesuítas; outros acusam os jesuítas de não mostrarem interesse em ensinar os índios aldeados. Este quadro de poucos indivíduos capacitados para assumir os cargos civis criados para serem ocupados pelos aldeados dificultou o trabalho do Juiz de Fora Bittencourt de Sá, que precisava elaborar eleições para eleger índios para ocupar os cargos: juiz ordinário, que também atuaria como juiz de órfãos, vereadores, procurador do conselho, escrivão da câmara, que acumularia o cargo de tabelião de notas e o de escrivão, além de um porteiro público e outro para câmara, cujos mandatos eram interinos BRUNET,2008).

Era função do juiz escolher entre os índios aldeados aqueles que apresentavam o mínimo de conhecimento necessário para assumir os cargos, além de escolher os locais onde deveriam ocorrer as reuniões da câmara e as audiências do juiz, e o local para a cadeia pública e determinar os dias de reuniões da câmara, e aos eleitos deveria dar posse e juramento. Neste novo cenário, saber ler e escrever significava manter a posse da terra e participar ativamente de decisões importantes a respeito de direitos sociais e políticos da comunidade (BRUNET, 2008).

Com o Diretório em vigência, o maior problema enfrentado pelo Juiz de Fora Bittencourt de Sá, foi determinar os limites da vila de Abrantes, já que havia rendeiros ocupando grandes partes desta sesmaria, além de jesuítas que alegavam ser proprietários de terra dentro do limite da vila. Os índios alegavam que durante o governo de Mem de Sá e por ordem da Rainha Regente de Portugal Catarina d'Áustria, em 07/09/1562 foram doadas sesmarias de três léguas em quadra, enquanto que o Juiz Bittencourt só reconhecia duas léguas de frente e três léguas de fundo, visto que

As terras localizadas às margens esquerda do Rio Joanes, por serem o limite da jurisdição da Cidade de Salvador desde a fundação em 1549. Por serem terras públicas que compunham o patrimônio da câmara da cidade, em 1552, haviam sido concedidas como sesmaria ao Conde de Castanheira, antecedendo, portanto, a reserva feita, em 1558, para a fundação do aldeamento do Espírito Santo (BRUNET, 2008, p.98).

Com o impasse quanto ao limite da sesmaria, e devido a sua complexidade, o litígio avançou pelos anos de 1759 e 1760, pois envolvia colonos, posseiros, rendeiros e sesmeiros, incluindo a poderosa Companhia de Jesus, Garcia d'Ávila e membros da alta nobreza de

Portugal, como descendentes dos Condes da Castanheira, a família do Marquês de Lourical, e até segmentos sociais diversificados e com graus de poder distintos. E para tornar a situação mais complicada, havia uma Carta Régia, que garantia a posse da terra aos índios. “A Carta Régia endereçada ao Vice Rei acerca da extensão das Leis de liberdade e igualdade dos índios no Estado do Brasil. Nela, o governo metropolitano recomendava que não se permitisse, de maneira alguma, que os índios fossem espoliados do domínio de sua terra” (BRUNET, 2008, p.97).

Para resolver o problema o Juiz de Fora Bitencourt de Sá recorreu a Companhia de Jesus, a fim de encontrar algum documento da época de fundação do aldeamento que indicasse os limites da sesmaria doada pela Rainha, mas o Padre alegou não ter encontrado. Contudo, os conselheiros responsáveis pelo caso se manifestaram de forma diferenciada.

Os conselhos encarregados de deslindar esse mistério não se posicionavam de forma unânime. Para o Conselheiro Manoel Estevão de Almeida Vasconcelos Barberino, as terras pertenciam aos índios e sua ocupação por colonos era um inegável furto. As terras deveriam ser devolvidas aos seus legítimos proprietários. Mas para os outros membros do conselho, inclusive o Conde dos Arcos, Vice Rei do Brasil, a questão não parecia ser fácil de ser resolvida (BRUNET, 2008, p.98).

Devido a posição geográfica em que se encontrava a sesmaria, a decisão deste impasse poderia afetar a fundação da Cidade de Salvador e a administração de seu patrimônio pela câmara, atingindo também os padres da Companhia de Jesus, que alegavam ser donos de uma faixa de terra localizada no Morro do Grilo, região situada além da margem esquerda do rio Joanes que ia até o Rio Tagoatá, assim como de colonos com título de posse.

Os índios alegavam que as terras mais férteis do aldeamento centravam-se no Morro do Grilo, região situada além da margem esquerda do Rio Joanes que ia até o Rio Tagoatá. Os padres da Companhia haviam se assentado em meia légua dessa região mais fértil das terras reclamadas pelos índios, onde haviam instalado pastos de gado e até engenho de açúcar. Outra meia légua estava repleta de colonos com título de posse recente. Padre e colonos ocupavam junto uma légua de frente das três que os índios alegavam possuir por direito (BRUNET, 2008, p.98-99).

Em 16/10/1758 o Conselho determina que o juiz de fora Bitencourt de Sá que procurasse a Companhia de Jesus, a fim de solicitar os títulos de posse de todos os aldeamentos, inclusive das terras que os Padres alegavam pertencer à Ordem. Após analisar estes títulos de posse o juiz de fora Bitencourt de Sá em 05/12/1758, confirmou que realmente a sesmaria dos índios tinha a extensão de três léguas em quadra, mas que estas nunca foram ocupadas totalmente pelos índios e que a terra ocupada pelos padres realmente se encontravam em área indígena. Mas

apesar de comprovada a legalidade dos limites da terra reclamados pelos índios, o juiz Bitencourt não deu ganho de causa aos índios, justificando que na Vila de Abrantes havia aproximadamente quarenta famílias de indígenas, que duas léguas de frente e três léguas fundo eram mais que suficientes para abrigar e manter esta comunidade. Contudo, um parecer diferente deste iria causar impactos econômicos e sociais imprevisíveis em diversas esferas da sociedade e agravar os conflitos pela terra entre índios colonos, jesuítas e nobres. O podemos observar é que os índios, apesar de terem razão em suas reclamações, sofreram preconceito da sociedade colonial, e isto influenciou na decisão do processo.

A postura do Juiz de Fora refletia, na verdade, a forma de pensar da sociedade colonial como um todo. Como elucida Oliveira, pessoas que convivem com os índios alimentam um forte preconceito que se expressa quando os definem como preguiçosos, traiçoeiros e até ladrões. Essa forma de avaliá-los permite identificar posturas políticas e ideológicas resultantes de interesses econômicos em rota de colisão entre índios e não índios. A matriz do preconceito está, portanto, centrada na cobiça dos poderosos da região de se apoderarem das terras e riquezas existentes em território indígena (BRUNET, 2008, p.101).

O Juiz de Fora Bitencourt de Sá, quando deferiu a sentença, não só atendeu aos anseios dos colonos, jesuítas e nobres, mas aos seus próprios desejos pessoais, visto que foi educado em Portugal e sempre defendeu aos interesses da coroa portuguesa, além de pertencer à classe dominante. Logo depois, em 1760, este juiz foi designado Escrivão dos Sequestros dos Bens dos Jesuítas, depois Intendente do Ouro e Primeiro Ministro de Inspeção da Bahia, sem falar que em 1781 construiu um engenho em Camamu, entre outros bens adquiridos.

Na visão dos índios, a reintegração de posse das terras invadidas pelos colonos, jesuítas e nobres seria uma reparação a tudo que vinha sofrendo, pois o único sustento da população indígena naquele momento era o arrendamento de terras da sesmaria. Com o parecer contrário, os colonos deixaram de pagar, e a parte mais produtiva da vila ficou para os jesuítas.

Os missionários da Companhia de Jesus, que até o afastamento determinado pelo Diretório eram fieis defensores dos índios, agora tomados pela ambição e usura, resolveram administrar seu próprio negócio ocupando a porção mais fértil da sesmaria, onde empreenderam no agronegócio, criando gado e produzindo leite, assim como plantando, o que transformou a meia légua de terra num rentável negócio para a Ordem, em detrimento da situação de abandono em que deixaram os índios na vila, necessitando de apoio financeiro do Estado para se manter.

Diante de tantas injustiças, a Vila de Abrantes sofreu uma grande baixa no número de habitantes. Podemos citar vários fatores que podem justificar essa evasão. Os índios aldeados

estavam acostumados à forma de administração dos jesuítas, em que todo trabalho burocrático era de responsabilidade dos religiosos, enquanto os indígenas exerciam outras atividades, geralmente ligadas à agropecuária ou manutenção da aldeia:

As razões das fugas podem ser inferidas de um conjunto de causas, algumas geradas pela própria legislação, outras pela sua inadequação à realidade, ou ainda, pelo simples descumprimento de suas determinações. O baixo rendimento dos aldeamentos, fonte de renda dos diretores, e a exigência destes terem de viver nas vilas faziam com que poucas pessoas se interessassem por exercer o cargo, o que se refletia na desorientação dos índios acostumados à presença dos missionários que exerciam estrito controle sobre suas atividades cotidianas (BRUNET, 2008, p.109).

Os índios não se adaptaram ao sistema administrativo imposto pelo Diretório, que obrigava os indígenas a exercerem cargo público, e isto exigia um certo grau de conhecimento, que a maioria ainda não havia alcançado, além da exploração que foi imposta dentro da vila, em que a cobrança pelo aumento da produção agrícola levava os índios a trabalharem mais sem um rendimento proporcional, pois o diretor da vila ficava com a maior parte dos lucros, e às vezes desviavam os salários dos trabalhadores, causando revolta na comunidade.

Outra razão decorre das táticas usadas pelos diretores para compensarem seus alegados prejuízos: impunham condições subumanas de trabalho a seus pupilos, coagiam-nos com maus tratos, castigos, torturas e cárcere privado, submetendo-os a longas e excessivas jornadas de trabalho, além de manipular, em interesse próprio, a cobrança de taxas e impostos, expropriar recursos obtidos com a comercialização do que produziam e desviar os salários dos trabalhadores (BRUNET, 2008, p.109).

Pesou ainda para a evasão dos indígenas a questão da disputa pela posse da terra, em que os índios, mesmo tendo suas terras invadidas por colonos, jesuítas e nobres, amargaram uma derrota judicial, justamente por serem considerados incapazes de gerar riqueza para a coroa portuguesa.

Mas, afinal de contas, no que resultou a extensão do Diretório Pombalino para Abrantes e todo o Estado do Brasil? A qualidade de vida dos índios melhorou ou piorou com o iluminado modelo econômico ilustrado? Revelador também foi detectar que em 1794, um documento, elaborado por Domingues Alves Branco Muniz Barreto, um funcionário régio que pretendia ocupar o posto vitalício de Intendente de Marinha e Armazéns Reais da Bahia, cargo vago com a morte do antigo ocupante, Rodrigo da Costa de Almeida. O referido documento permitiu comprovar muitas das hipóteses levantadas [...] como a de ter sido a localização estratégica de Abrantes um fator essencial para explicar a escolha dessa vila para iniciar as reformas pombalinas no Estado do Brasil pelo Conselho Ultramarino e

a Resistência de parte de seus moradores indígenas em aceitarem os ditames do Diretório que não lhes convinha. Dentre as opções de resistência adotadas, o funcionário destaca a fuga de índios de Abrantes para aldeias menos integradas ao mundo colonial (BRUNET, 2008, p. 106-107).

Neste documento, o funcionário régio Domingues Alves Branco aponta todos os problemas que aconteciam nas vilas e aldeias como Santarém, São Fideles, Nossa Senhora dos Prazeres de Jequiriçá, Massarandupió, Abrantes e Natuba, todas localizadas no Litoral Norte da Bahia. É importante destacar que nem todas destas aldeias foram elevadas à condição de vilas, e outras não foram mais citadas em relatório elaborados pelo diretor da Vila. Dentre os aldeamentos citados acima, podemos destacar, além da Vila de Abrantes, que foi a primeira da Bahia a receber o Diretório Pombalino, o aldeamento de Massarandupió, por ser o refúgio dos índios aldeados após a implantação do Diretório. Em 1758 a Vila de Abrantes apresentava um contingente de duzentos e trinta e seis índios e em 1794 este contingente reduziu para menos de cem índios. Contrariados com as cobranças impostas pelo Diretório, os índios e seus familiares procuravam abrigo em aldeamentos distantes da cidade, onde as regras do Diretório ainda não haviam chegado para fixar moradia. Entre os aldeamentos afastados do centro, podemos destacar Massarandupió, que teve sua população aumentada, devido algumas características que atraíam os indígenas, como: era uma aldeia administrada por um religioso, era autossuficiente na produção agrícola e sofria pouca influência da capital, devido a sua localização.

O fato de terem escolhido a aldeia de Massarandupió como refúgio pode ser entendido se consideramos, segundo os dados de Moniz Barreto, que a mesma se localizava a 16 léguas de Salvador, sua comunidade ser autossuficiente em termos de produção agrícola e não estar incluída no circuito comercial. Os excedentes eram “perdidos na terra”, pois o escoamento da produção era “caro e custoso”, o que tornava o preço final da venda inviável economicamente. Portanto, nessa aldeia, os índios viviam com mais liberdade que na antiga vila modelo e não eram pressionados para produzirem cada vez mais excedentes. Pelos dados fornecidos, Massarandupió tornou-se uma das aldeias mais populosas da Bahia nos finais de século XVIII, com cerca de quatrocentos índios, o que indica a possibilidade de outros grupos indígenas que viviam em situação semelhante aos de Abrantes também terem buscado refúgio naquela localidade (BRUNET, 2008, p.109).

Todos os índios que deixavam a vila eram considerados fugitivos, apesar do Diretório afirmar que eles eram livres: “Neste contexto, as fugas e deserções eram, portanto, ameaças aos projetos de incremento demográfico, econômico e militar e contrariavam o maior interesse dos diretores e moradores: o de disporem de um celeiro de mão de obra” (BRUNET, 2008, p.108).

Na verdade, o Diretório foi um instrumento utilizado pela coroa portuguesa para introduzir as terras dos antigos aldeamentos em um sistema de produção comercial, e não para beneficiar os índios que ali viviam, pois Portugal vivia uma crise econômica e precisava de apoio financeiro para equilibrar suas despesas. Para manter o controle, Portugal obrigava os diretores a apresentar relatórios anuais do panorama populacional e produtivo das vilas.

Inicialmente, cabe lembrar que uma das mais importantes vertentes do Diretório era a de promover a colonização das terras dos antigos aldeamentos e inserirem a produção ali obtida no circuito comercial. Para tanto, o diretor era obrigado a apresentar listas anuais de controle da população que habitava na vila ao governador, o que deixa clara a vinculação direta entre administração de mão de obra e o programa geral de colonização. Da mesma forma, eram exigidas informações acerca de fugas, deserções, falecimento, doenças e controle do número de índios trabalhando com moradores. O incremento populacional era encarado como sinal de civilidade, isto é, da concretização da interdependência e comunicação entre índios e colonos, o que seria alcançado através do incremento das relações de trabalho e do comércio (BRUNET, 2008, p.108).

Com a implantação do diretório Pombalino e afastamento dos religiosos da Companhia de Jesus, deu-se não apenas a fundação das vilas que tomaram lugar dos aldeamentos, mas também a extinção de várias aldeias fundadas por padres, a exemplo da aldeia Capivari ou das Capivaras e da aldeia de São João:

A aldeia Capivari ou das Capivaras, também conhecida como Aldeamento de Santo Antônio de Rembé e hoje como Arembepe, localizado a uma légua da aldeia do Espírito Santo, foi desativado em 1725 pelos inacianos, apesar de situar-se no perímetro das três léguas da sesmaria do Aldeamento do Espírito Santo [...]
Outra ação dos jesuítas na mesma direção recaiu sobre os aldeados de São João, que viviam na sede do atual Município de Lauro de Freitas. Ali já funcionava no século XVI um engenho de açúcar dos jesuítas. Ainda em 1614, o Padre Visitador da Ordem, Manoel de Lima, já sugeria o deslocamento dos índios para o Espírito Santo. A reação desse grupo à perspectiva de transferência permitiu-lhes permanecer no local até o fim do século XVII, quando a aldeia foi desativada (BRUNET, 2008, p.78-79).

Na região do Litoral Norte da Bahia, segundo o juiz município e órgãos de Abrantes, havia no século XVIII três comunidades indígenas: Vila de Abrantes, aldeamentos de Massarandupió e Sauípe, sendo que o Aldeamento Sauípe não foi mais citado em documentos (relatório anual elaborado pelo diretor enviado ao Presidente da Província). Já o Aldeamento de Massarandupió inicialmente foi administrado pelos padres carmelitas descalços, depois pela Ordem dos Frades Menores, e em seguida pelos padres marianos. Segundo o relatório do diretor Casemiro de Sena Madureira, em 1851, havia nesta comunidade aproximadamente 115 famílias

indígenas, contudo o mapa da Secretaria do Governo da Província contabilizava 320 índios, o que mais tarde foi confirmado pelo mapa do diretor José Jacome Dória do DGI, como informa REGO (2004).

2.7 ALDEAMENTOS E VILAS NO SÉCULO XIX

A situação dos aldeamentos e vilas dos povos indígenas no século XIX era o retrato do século anterior, mesmo com a extinção do Diretório pombalino 1798, que introduziu várias mudanças nas comunidades indígenas, com o objetivo de aumentar a participação econômica destes povos nos negócios da coroa portuguesa, provocando descontentamento e fuga dos índios das vilas fundadas. Apesar de a lei garantir a igualdade entre índios e brancos, no cotidiano pouco se constatava da aplicação desta na vida dos índios, aldeados ou não.

Com a decretação do Regulamento 426 de 24 de julho de 1845, o chamado Regulamento sobre a Catequese e Civilização dos Índios, era o Governo da Província – nas suas esferas executiva e legislativa – a instância mais indigenista determinante em termos de gerenciamento da questão. O diretor geral dos índios de cada província era nomeado pelo Governo Imperial, mas ele deveria reportar-se ao presidente da província. Os diretores de cada aldeia deveriam ser aprovados pelo chefe do Executivo provincial; os missionários eram distribuídos pelas aldeias a partir de sua chancela. Além disso, o presidente administrava a verba destinada pelo Governo Imperial para o serviço de catequese e civilização dos índios, através do Cofre Geral; além do que, deveria articular-se com a Assembleia para estabelecer, na Lei Anual de Orçamento, a verba consignada para o trato com os indígenas, quantia que deveria correr pelo Cofre Provincial (REGO, 2014, p.149).

O diretor do Diretório Geral dos Índios exercia grande influência sobre a vida da comunidade indígena devido às determinações do cargo, ou seja, fiscalizava e gerenciava os aldeados com o intuito de manter bem informado o Governo Provincial sobre a situação dos aldeados em sua jurisdição, como também de buscar recurso e melhorias para o povoado.

O decreto 426 criava o cargo de diretor geral dos índios, uma espécie de inspetoria lotada na Diretoria Geral dos Índios (DGI), repartição diretamente submissa à Presidência da Província. O cargo de diretor geral dos índios era honorífico, ou seja, não significava que o cargo não tivesse importância: por atuar na gerência da questão indígena, que mobilizava dois elementos de fundamental importância para o império (terra e mão de obra), o cargo era visto como chave para a defesa ou imposição de interesses de grupos políticos representantes de setores sociais abastados. Na Bahia, por exemplo, a maior parte dos diretores gerais era proveniente da aristocracia rural e, se tomar o período posterior a 1862, todos eles

possuíam títulos nobiliárquicos, como barões ou viscondes. Em se tratando de honras, o diretor geral dos índios enquanto estava em exercício, gozava do título de brigadeiro (REGO, 2014, p.151).

Focando no Litoral Norte da Bahia, podemos notar que o trabalho exercido pelo diretor geral dos índios era, nos aldeamentos e vilas sobre sua jurisdição, fazer o controle do número de aldeados ou não, assim como notificar os órgãos competentes sobre a situação da vila e solicitar recurso necessário para o bom andamento da comunidade. No entanto, para maior agilidade e precisão nos dados informados às instituições superiores, foi necessária a criação do cargo de diretor parcial dos índios, que morava na vila, com a função de acompanhar toda a rotina da comunidade, observando os pontos positivos e negativos e indicando possíveis intervenções necessárias para o bom andamento do povoamento e transmitindo estes dados para o diretor geral, que após análise criteriosa determinaria o caminho apropriado para os índios ali fixados.

No que tange às atribuições (enunciadas no artigo 1º do Decreto), vale ressaltar que sobre o diretor geral dos índios recaía a gestão da política em cada província. Ao diretor geral cabia a proposta dos diretores de índios em cada povoação indígena (chamados diretores parciais), cargo este que, apesar de não ter sido criado pelo Decreto 426, passou a ser obrigatório para todo núcleo dentro da alçada do DGI. A aprovação do nome proposto pelo DGI cabia ao presidente de província. Deveria exercer superintendência sobre esses administradores de índios. Cabia a ele também examinar a situação dos índios aldeados e não aldeados, moradores ou não de povoações indígenas, assim como o estado desses núcleos, sua propensão e inclinação ao trabalho, sua indústria e sua população – originária ou mestiça. Deveria, com base nessas informações, propor e aplicar soluções para a melhoria do estado e do progresso dos grupos indígenas na província. Por essa razão, os diretores gerais de índios de cada província deveriam emitir anualmente um relatório sobre o estado dos negócios do ramo de serviço sob sua competência. Esse relatório era reportado ao Presidente da Província e ao Governador Imperial, inicialmente dirigido ao Ministro dos Negócios do Império (REGO, 2014, p.151-152).

Em 1845, segundo o ofício do juiz municipal de órfãos de Abrantes, no antigo aldeamento do Espírito Santo, que em 1758 pelo Diretório Pombalino foi elevado à condição de Vila de Abrantes. Havia 47 famílias, que somavam 135 indivíduos distribuídos entre os sítios de Cajazeiras, Jauá e Busca Vida. Segundo o diretor geral dos índios Casemiro de Sena Madureira, no ano de 1851, foram contabilizados 221 índios, enquanto no mapa confeccionado pela Secretaria do Governo da Província, com data de 09 de fevereiro de 1855, indicava-se a presença de 230 indígenas, que se repetiu em 1861, quando foi realizada uma nova contagem pelo diretor José Jacome Dória, sucessor do antigo diretor Casemiro de Sena Madureira no Diretório Geral dos Índios (DGI). As divergências entre os números de índios indicados pelo

ofício do juiz municipal e órfãos de Abrantes e o Diretório Geral dos Índios são atribuídas à exclusão dos índios que habitavam no entorno da Vila de Abrantes, como os de Itapuã, entre outras localidades, que foram incluídas no relatório do Diretório Geral dos Índios segundo REGO (2014).

Apesar da implantação do Decreto 426 de 24 de julho de 1845, nem todos os aldeamentos localizados no Litoral Norte da Bahia foram elevados à condição de vila, o que se deu com o Aldeamento de Massarandupió, habitado por índios tupinambás. Nas proximidades do Litoral Norte da Bahia podemos citar o aldeamento de Santo Antônio, erguido em 1560, localizado no entorno de Salvador, fundado pelos jesuítas, onde habitavam índios tupinambás, que também eram chamados de sapucaias. No entanto, esses índios foram deslocados para o recôncavo a fim de se proteger aquele local de possíveis ataques de índios aimorés, entre outros. Essas mudanças originaram dois aldeamentos: o de Santo Antônio, localizado no município de Aratuípe, no século XVIII; este aldeamento passou para a jurisdição da Vila de Jaguaripe, freguesia de Nazaré, recebendo o nome de Jaguaripe do Rio da Aldeia. Com a elevação de Nazaré à condição de Vila, o aldeamento passou para esta jurisdição, sendo chamado de Aldeia de Santo Antônio de Nazaré (atual Município de Nazaré das Farinhas). O outro aldeamento é o São Sebastião de Capanema, localizado no atual Município de Maragogipe, no distrito de Capanema, que nos registros de aldeamentos aparece com o nome de Santo Antônio da Aldeia, localizado nos limites da Vila de Maragogipe, freguesia de São Bartolomeu, no século XIX. Não foram encontrados documentos fazendo referência a este aldeamento. Em 1826 em relatório enviado ao Governo Imperial, o ouvidor da comarca da Bahia, Francisco Aires de Almeida Freitas apontava que o aldeamento de Santo Antônio de Nazaré tinha uma população de 104 índios, já o relatório do diretor do DGI Casemiro de Sena Madureira indicava 124 indivíduos agrupados em 54 famílias, enquanto que o mapa da Secretaria do Governo da Província de 1855 registrava 108 índios; em 1861 o diretor do DGI José Jacome Dória, substituto do diretor Casemiro de Sena, constatou a presença de 170 índios como afirma (REGO, 2014).

O Decreto 426 de 24 de julho de 1845, assim como todos os outros projetos de Portugal para integrar os índios na sociedade brasileira século XIX, só tinha um objetivo: tirar o pouco que ainda restava aos indígenas: a sua língua, costumes e sua liberdade, pois a sua terra já havia sido tomada desde a chegada dos portugueses no litoral brasileiro. Este processo lento, mas eficiente de catequização, na verdade de escravização, tinha como objetivo colocar os índios sobre total obediência à coroa, sem questionarem seus direitos, aceitando a exploração de sua terra e mão de obra para pagar as dívidas de Portugal com outras nações:

O diretor geral deveria, além disso, perscrutar a maneira como os índios cultivam a terra, conhecendo sobre terrenos para arrendamento ou da existência de reideiros, com base no que, com o auxílio dos diretores parciais, deveria confeccionar um arrolamento. Deveria proceder também a uma lista da população indígena de cada povoação, especificando sua população, origem – nação/etnia, língua, idade e profissão, arrolamento que seria renovado a cada quatro anos. O levantamento desses dados tinha um claro objetivo de munir o governo da província de informações que possibilitassem a elaboração de medidas para utilização de mão de obra dos indígenas.

Sobre os índios não aldeados, conhecidos como gentios ou selvagens ou “hordas errantes”, o decreto previa como uma das funções do diretor geral investigar onde estavam, seus costumes e línguas, enviando, para o trabalho de catequese, missionários que já estivessem à sua disposição, avaliando se melhor conviria remetê-los para aldeias já existentes ou formar com eles novo aldeamento (REGO, 2014, p.152-153).

A necessidade de expandir seus negócios para terras ainda ocupadas por índios selvagens e de aumentar a produção através de mão de obra indígena levou os governantes a desenvolverem técnicas para atrair e convencer os índios não aldeados, os gentios, a aceitar a gentileza dos portugueses, sem questionar a verdadeira intenção deste, pois não havia outra saída para este povo, ou aceitavam a dominação ou eram exterminados.

[O diretor geral] Deveria atrair os índios às aldeias por todos os meios “lícitos, suaves e brandos” a seu alcance, fomentando o matrimônio entre eles e entre os índios e pessoas de outras “raças”. Ainda sobre “meios brandos” de catequese, estava previsto que diretores gerais deveriam “esmerar-se que lhes sejam explicadas as máximas da Religião Católica e ensinada a doutrina cristã”, escusando-se de empregar a força física e a violência e que os pais não fossem forçados a batizar os filhos (REGO, 2014, p.153).

Neste contexto era também função do Diretor Geral cuidar do convencimento dos índios aldeados ou não aldeados, aceitar as gentilezas oferecidas por Portugal, a fim de manter sua integridade física e da família, assim como a religião, além do casamento entre índios e pessoas de outra raça.

3 O LITORAL NORTE DA BAHIA E O LEGADO DEIXADO NA TOPONÍMIA

3.1 O LITORAL NORTE DA BAHIA NA ATUALIDADE

Cinco séculos depois que os portugueses chegaram à Bahia, o Litoral Norte já era totalmente diferente daquele de 1500. O processo de ocupação deste local pelos europeus custou a vida de milhares de índios tupinambás que habitavam esta região, mesmo a fundação de aldeamentos para catequização dos índios, para futura integração na sociedade que se formava, não impediu que este povo fosse condenado à extinção, por força do regime de colonização implantado por Portugal. Os espaços que antes eram ocupados por aldeias de povos indígenas, foram transformados em municípios, distritos e locais de veraneio. A paisagem foi modificada com o tempo, apagaram quase toda a história dos índios Tupinambás, restando dessa história os nomes dos locais como praias, municípios e bairros que adotaram nome na língua tupinambá.



Gráfico 1: Mapa da Linha Verde e Estrada do Coco
Fonte: Wikipédia (2013)

O Litoral Norte da Bahia, também conhecido como Costa dos Coqueiros é uma área do litoral baiano que inicia no Município de Lauro de Freitas, se estendendo até o Município de Jandaíra, que faz divisa com o estado de Sergipe. O principal meio de acesso a este paraíso é a Rodovia Estadual BA-099, com 193 km de extensão. Esta rodovia começou a ser construída na segunda metade da década de 60, sendo inaugurado seu primeiro trecho no início na década de 70. A Estrada do Coco, como é chamado este trecho, tem início no atual aeroporto internacional de Salvador, seguindo até o Município de Mata de São João, onde nos anos 90 começa a ampliação desta rodovia em direção ao Município de Jandaíra, trecho que recebe o nome de Linha Verde, limite entre os estados da Bahia e Sergipe.

A Costa dos Coqueiros, após muitos anos de exploração como área agrícola, começou a ganhar destaque na década de 70, devido às suas belezas naturais, que despertaram o interesse de moradores da elite de Salvador, que passou a usar este local como segunda casa, para veraneio. Na década de 80, investidores passaram a construir grandes empreendimentos nesta região, que se tornou um dos principais polos turísticos da Bahia.

O Litoral Norte atualmente é formado pelos municípios: Lauro de Freitas, Camaçari, Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra. A principal atividade econômica dos habitantes desta terra ainda é a agricultura e a pesca, legado deixado pelos antigos habitantes, os índios tupinambás e depois os portugueses. Esta realidade está mudando com a chegada do complexo de hoteleiro Costa do Sauípe, do Projeto Tamar, condomínios de alto padrão, e dos comerciantes que foram atraídos pelo desenvolvimento turístico aqui implantado.

3.1.1 Salvador

Bairro de Itapuã

O bairro de Itapuã, apesar de não pertencer ao Litoral Norte da Bahia, teve importante papel no desenvolvimento da região, pois este local era a principal via de acesso ao Litoral Norte da Bahia, por onde se escoava toda produção agrícola para abastecer Salvador. É importante lembrar que quando a cidade de Salvador foi fundada em 1549, toda área do Rio

Vermelho até o Município de Mata de São João fazia parte do Litoral Norte, este cenário mudou quando a Câmara Municipal de Salvador recebeu a doação de terra do governador geral.

No início do século XX, Itapuã foi evoluindo, atraindo pescadores, artesãos e carpinteiros, foi erguido um farol para orientação aos navegantes, assim como o Aeródromo de Santo Amaro do Ipitanga, onde hoje é o Aeroporto Luís Eduardo Magalhães, e diversas obras de infraestrutura foram realizadas para facilitar o acesso ao comércio do bairro.

A partir do meio século XX, é que Itapuã surge como ponto turístico da capital, pois as diversas obras executadas pelo governo para melhorar a vida no bairro, atraíram diversos ramos da sociedade para o local, sendo construídas desde residências até grandes redes de hotéis e lojas para explorar as belezas do bairro, como as lagoas e dunas que existem neste local, sendo a mais importante a do Abaeté, que muitos turistas vêm prestigiar. A praia de Itapuã é uma das mais belas da orla de Salvador, cantada e recitada em diversas músicas e poemas.

Até os anos de 1970, entretanto, ainda era uma região de veraneio, com algumas chácaras. Após a revolução urbanística dos anos 70, com a construção da Paralela, do CAB, Iguatemi e a nova Rodoviária, Itapuã ficou perto. Nos anos seguintes, indústrias instaladas no litoral norte, como o polo de Camaçari, atraíram muitos empregados para Itapuã e vizinhança. Além da lagoa do Abaeté, Itapuã abriga também lagoas Dois-Dois, olhos D'Água, Cacimba, Catu, do Toco, dos Milagres, do Canal e a Barragem, que era a antiga fonte de água potável para a região (BACELAR, 2011, p.01).

3.1.2 Lauro de Freitas

Localizado no Nordeste do Estado da Bahia, na região do Litoral Norte, Lauro de Freitas possui 60 km², destes 7 km são banhados pelo Oceano Atlântico. O município possui três praias: Buraquinho, Vilas do Atlântico e Praia de Ipitanga, e 14 bairros, destacando-se os de Vilas do Atlântico, onde se concreta a elite da cidade, Itinga, Portão e Areia Branca. Hoje Lauro de Freitas vive do seu aglomerado de indústrias consideradas limpas, o comércio é bastante diversificado devido a sua proximidade com a BA-099.

A cidade que no passado foi habitada por índios tupinambás, e onde foram erguidas algumas aldeias, tem como o maior evento popular do Município de Lauro de Freitas a festa de Santo Amaro do Ipitanga, que é realizada entre os dias 6 a 15 de janeiro, que segue todo ritual católico, com missas e a famosa lavagem da igreja Matriz.

A Freguesia do Santo Amaro do Ipitanga foi fundada 1608 em homenagem ao Santo Amaro ou Mauro, foi monge Beneditino italiano, que morreu no ano de 1578. É o Padroeiro do

município de Lauro de Freitas, e em sua homenagem foi construída uma igreja na parte mais alta da cidade que recebeu o nome de Igreja Matriz de Santo Amaro do Ipitanga.

Em 1880 a Freguesia de Santo Amaro do Ipitanga deixou de fazer parte de Salvador, passando a fazer parte do distrito de Monte Negro (atual município de Camaçari) retornando a fazer parte de Salvador em 1932, assim permanecendo até 1962.

Em 1953 a Freguesia do Santo Amaro do Ipitanga passou a se chamar distrito de Ipitanga pela Lei Estadual de nº628, de 30-12-1953, subordinado ao município de Salvador. Foi elevado à categoria de município com a denominação de Lauro de Freitas pela Lei Estadual nº1.753, de 17-07-1962, sendo desmembrado do município de Salvador. Este nome foi em homenagem ao candidato a governador Lauro Farani Pereira Freitas, que morreu em acidente aéreo em 1950.

3.1.3 Camaçari

A cidade de Camaçari faz parte das cidades da região metropolitana de Salvador, tendo como circunvizinhos: o Município de Mata de São João, o Município Lauro de Freitas, o Município de Simões Filho, o Município de Dias d'Ávila. A história deste Município tem início no século XVI, às margens do Rio Joanes, em 1558, quando os jesuítas João Gonçalves e Antônio Rodrigues fundaram a Aldeia do Divino Espírito Santo, onde os índios tupinambás que viviam na região eram catequizados. Esta aldeia durou duzentos anos até ser elevada a condição de Vila de Abrantes pelo Diretório Pombalino, que nesta época tinha aproximadamente 500 casas.

A extensão do Município de Camaçari é de 759,8 km² de área territorial, e destes 42 km são de praias lindíssimas, e quatro rios cortam a cidade: o Rio Camaçari, o Rio Pojuca, o Rio Jacuípe e o Rio Joanes. Apesar deste potencial água doce, são as praias que mais chamam a atenção no município. Devido a seu passado, quando era aldeia indígena na sua orla, a maioria das praias receberam nomes indígenas, que revelam características da sua fauna e flora. As principais praias de Camaçari são: Arembepe, Barra de Jacuípe, Genipabu, Guarajuba, Itacimirim e Jauá, em todas é possível desfrutar do mar de água calma e cristalina, para completar em torno há uma imensa duna de areia e coqueirais, locais quase desertos, ideais para desfrutar a natureza.

O bairro de Arembepe está localizado no km 23 da Estrada Coco, no Litoral Norte da Bahia. No passado era uma fazenda de coqueiros, que com o tempo se transformou em vila de pescadores. A praia de Arembepe é uma das mais frequentadas da orla de Camaçari, devido às águas mornas e calmas e rodeadas de coqueiros, um local apropriado à prática de esportes

aquáticos, sem falar da calma e tranquilidade que encontramos na Aldeia Híppie de Arembepe, onde parece que o tempo não passou, é um paraíso onde seus frequentadores valorizam a paz e o amor.

A praia de Arembepe originalmente era uma vila de pescadores e ainda hoje tem grande atividade pesqueira. Suas peculiaridades naturais e paisagísticas atraem grande número de visitantes – veranistas e turistas. O banho na água tranquila do mar e as barracas de praia oferecem opções de lazer e entretenimento durante o ano todo. Os alimentos, oriundos da mariscagem e pesca nas lagoas e no mar, são oferecidos em grande quantidade, nos bares e restaurantes ali instalados.

A presença da Aldeia Híppie influenciou, benéficamente, a estética local com construções iradas no movimento alternativo, da década de 60, e a vida de moradores, que vivem de artesanato e utilizam materiais encontrados nos ecossistemas locais (SOBRAL, 2008, p.400).

Barra de Jacuípe está localizada no km 33 da Estrada do Coco, de uma vila de pescadores se transformou em um dos points da orla de Camaçari, pois é em Barra do Jacuípe onde os rios se encontram, a bacia do rio Jacuípe limita-se ao sul com a bacia do rio Joanes e ao norte com a bacia do rio Pojuca e desemboca na altura de Barra de Jacuípe, que sofre a influência do mar, tornando o banho de mar perigoso no local devido as fortes correntezas. Mais apesar deste acidente natural é normal encontramos os moradores e turista praticando esportes aquáticos na praia.

A foz do rio Jacuípe localiza-se na praia de Barra de Jacuípe, onde se encontra o Oceano Atlântico. A conformação geográfica do encontro do rio com o mar forma a Barra do Jacuípe, contornada por coqueiros e manguezais, proporcionando um cenário de grande beleza natural para lazer e turismo, além de possibilitar a pesca e esporte náutico no rio e no mar. “Os manguezais são elementos importantes desse ecossistema, e além de estarem protegidos pela legislação ambiental, recebem apoio e proteção de entidades ambientais de preservação ali instaladas” (SOBRAL, 2008, p.401).

A praia de Guarajuba está localizada no km 44 da Estrada do Coco, e assim como Arembepe e Barra do Jacuípe, Guarajuba também foi uma vila de pescadores. É um paraíso onde encontramos águas cristalinas e mar tranquilo, além de coqueiros e piscina naturais, com parede de corais com caranguejos, peixes, ouriços do mar, e isto não é tudo, pois a praia de Guarajuba tem lindas dunas com acesso a trilhas ecológicas.

A praia de Itacimirim está localizada no km 54 da Estrada do Coco, e é a última praia da Estrada do Coco. O local se destaca pela preservação da Mata Atlântica, pois a fauna e flora

são mais presentes em Itacimirim, com trechos de mata fechada, que possibilitam a prática de trilhas.

A praia de Itacimirim equivale a pedra pequena, na língua indígena tupi. Antiga vila de pescadores configura um cenário paradisíaco pela paisagem formada pelo encontro do rio Pojuca, mar e manguezal. Suas águas calmas permitem receber velejadores e barcos pesqueiros são ancorados na praia. A ocupação, de toda sua faixa litorânea, com loteamentos de segunda residência e barracas de praia, está sendo substituída por pousadas e hotéis. Sua beleza natural exuberante tem atraído grandes investimentos turísticos nos últimos anos, e a proximidade com o destino turístico de Praia do Forte, um Município vizinho, tem reforçado essa tendência para atração de turismo residencial e polo de hospedagem (SOBRAL, 2008, p.401).

A praia de Jauá esta localizada no km 13 da Estrada do Coco, na Vila de Abrantes, região oceânica de Camaçari, e tem como beleza natural os coqueiros típicos do local e as dunas de areias branquinhas, que podem ser vistas em alto mar pelos pescadores e navegantes.

A praia de Jauá possui esta denominação por ter sua origem no nome de uma ave de rara beleza, chamada pelos indígenas de chauá, da família dos psitacídeos, natural das regiões tropicais e subtropicais, e que habita as florestas litorâneas de Camaçari. Elas vivem em bandos e escava buracos em árvores, alimentando-se de frutas e grãos. O pássaro Jauá encontra-se hoje praticamente extinto. A praia de Jauá possibilita banho de piscinas naturais formadas por barreiras de recifes, como também permite nadar e pegar ondas (SOBRAL, 2008, p.400).

3.1.4 Mata de São João

O Município de Mata de São João possui um território de 633.198 quilômetros quadrados que estão divididos na sede do município, a vila do Diogo, Imbassaí, Açú da Torre, Sauípe e Praia do Forte. Fora do litoral, a sede do município concentra 70% da população, que se limita com os municípios de Pojuca e Dias d'Ávila e tem como principal acesso a BA-093.

Nos 28 quilômetros de litoral de Mata de São João ainda é possível encontrar: a Mata Atlântica, dunas, restinga, manguezais, coqueiros, lagoas, riachos e cachoeiras. Na Praia do Forte, início da Linha Verde, encontram-se unidade do Projeto Tamar e o Projeto Baleia Jubarte, a reserva Ecológica Sapiranga e o Parque Histórico do Castelo do Forte Garcia d'Ávila, além da primeira unidade de conservação municipal, o Parque Natural Municipal da Restinga de Praia do Forte, criado em 2008, conhecido como Parque Klaus Peters. Em Imbassaí podemos destacar o rio Imbassaí, a praia de Imbassaí e a vila de Diogo, onde está a semideserta Praia de Santo Antônio. No distrito de Sauípe, temos como destaque a Costa do Sauípe e o mega

empreendimento hoteleiro de 176 hectares de área construída (Prefeitura Municipal de Mata de São João, IBGE).

3.1.5 Entre Rios

O Município de Entre Rios está localizado no Litoral Norte da Bahia, com uma área territorial de 1.187,766 quilômetros quadrados divididos em Entre Rios (sede), Ibatuí e Subaúma; esta divisão é feita por lei estadual. Além dos distritos, o município conta com diversos povoados; Sítio do Meio, Lagoa redonda, Calçada Nova, Rio Preto, Prata, Capianga, Rio da Caatinga, Pedras, Cinco Estradas, Serraria entre outros, como os que ficam nas praias de Subaúma, Massarandupió e Porto Sauípe.

As manifestações populares em Entre Rios existem há anos, formando tradições seculares como as lavagens das Praias de Porto Sauípe, Subaúma e Massarandupió, também o São João na sede de Entre Rios, festas da Barquinha de Sítio do Meio e Lagoa Redonda, festa das Padroeiras do povoado. O artesanato tem um importante papel na cultura da cidade, especificamente o artesanato do povoado de Porto Sauípe, o Artesanato Palha que tem origem indígena, dos antigos moradores desta região os índios Tupinambás. (Prefeitura Municipal Entre Rios, IBGE).

Atualmente o povoado de Massarandupió é uma área de preservação ambiental, pois apesar de tanto tempo de exploração por parte da comunidade e dos diversos proprietários de terra, ainda se encontra no local uma extensa área de Mata Atlântica preservada e que precisa de fiscalização dos órgãos ambientais para permanecer intacta. “O entorno de Massarandupió é considerado predominantemente natural sendo composto por diversos ecossistemas bem conservados, como: manguezais, praias, dunas, restingas e riachos” (SOUZA, 2009, p.98).

Trata-se de localidade rústica quanto aos aspectos de paisagem, que se encontra situada em uma área ecologicamente frágil pela presença de importantes e conservados sistemas associados à Mata Atlântica, e socialmente vulnerável pela inexistência de estruturas sociais fortalecidas e competitivas diante dos novos processos econômicos que se implantam na região, intensificados após a implantação da Linha Verde (SOUZA, 2009, p.92).

A população de Massarandupió na sua maioria é de pessoas simples, que vivem da pesca, da agricultura familiar e da venda de artesanato. Segundo a AMAM (Associação dos Moradores e Amigos de Massarandupió), em 2009 havia 565 habitantes na comunidade sendo divididos em 125 famílias, que moravam na sua maioria em casas de alvenaria cobertas de telhas cerâmicas e algumas casas de taipa cobertas de palha, mas todos com quintal onde são

plantadas diversas árvores frutíferas como cajueiros, coqueiros, mangueiras, cajazeiros e mangabeiras, e para completar vemos na maioria das casas a criação de animais de pequeno porte, que servem para completar a renda das famílias.

Como atividade econômica os habitantes de Massarandupió utilizam da pesca artesanal, o artesanato desenvolvido na maioria das vezes pelas mulheres e as pequenas lavouras onde são plantados o aipim, a mandioca, o feijão, a melancia e o milho, que tem como destino as feiras livres de Porto Sauípe e Subaúma.

Após a construção da Linha Verde, Massarandupió vem despertando o interesse de grandes e pequenos investidores da área de turismo e imobiliários, que segundo a AMAM já construíram no povoado torno de 5 pousadas e 40 casas de veraneio e um loteamento (o único que conseguiu licença ambiental): “ Portal de Massarandupió”. O acesso à comunidade ainda é precário, a estrada sem pavimentação distante uns 5 km da Linha Verde, que quando chove é alagada pelo rio Massarandupió. Mesmo com diversos problemas de infraestrutura, o local guarda uma imersa beleza e cultura, pois durante o final e início de ano a comunidade se reúne para festejar: Nossa Senhora do Parto, Nossa senhora de Fátima, Reisado que acontece no mês de janeiro, a Lavagem da Capela de Nossa Senhora do Parto, além de diversos grupos de samba e viola que fazem a alegria dos habitantes deste povoado.

3.1.6 Esplanada

O Município de Esplanada faz parte do Litoral Norte da Bahia, com uma área total de 12.299,355 quilômetros quadrados, constituído de três distritos: Esplanada (sede), Palame e São José do Mucambo, divisão territorial, segundo o IBGE, de 2007. A Praia de Baixio é a única praia do município localizada no povoado de mesmo nome. Está distante 124 km de Salvador, e se destaca pela sua beleza natural, tornando-se um dos principais destinos dos turistas da Bahia e de outros lugares durante o verão. (Prefeitura Municipal de Esplanada, IBGE).

3.1.7 Conde

O Município do Conde está localizado na Costa dos Coqueiros, com uma área total de 954,452 quilômetros quadrados divididos em cinco distritos: Conde (sede), Altamira, Cobó, Sítio do Conde e Barra do Itariri. O Município está distante 178 km de Salvador, e tem como principal via de acesso a BA-099, Linha Verde.

A sua população está estimada em 23620 habitantes segundo o censo 2010 (IBGE), tendo sua maior concentração na sede do município.

No Município do Conde podemos encontrar diversas praias, rios, cachoeiras, dunas e construções antigas. As belíssimas praias fazem parte de uma zona turística mais famosa do Estado da Bahia, chamada Costa dos Coqueiros; são 40 km de praias em seu território, a saber: Praia da Barra de Siribinha, Praia da Barra de Itapicuru, Praia da Barra Nova, Praia da Barra de Itariri, Praia de Poças, Praia de Siribinha, Praia do Sítio, Praia dos Artistas, Praia do Corre Nú e Praia do Jacaré. Dentre as praias há um destaque maior à Praia dos artistas por ficar mais próxima do famoso Sítio do Conde, neste local encontramos coqueiros e um mar de águas cristalinas e calmas propícias para o banho. O Sítio do Conde é um dos pontos mais procurados por concentrar a maioria das pousadas locais; é uma grande infraestrutura turística. Esta região fica a 6 km da sede do município e a 9 km da Linha Verde com acesso asfaltado,

O Sítio do Conde era uma antiga vila de pescadores, isto justifica o seu visual rústico e ao mesmo tempo aconchegante que agrada a todos que visitam o distrito. Siribinha, que pertence ao Sítio do Conde, tem duas praias de muita atração turística, Praia do Siribinha e Praia de Barra de Siribinha (Prefeitura Municipal do Conde, IBGE).

3.1.8 Jandaíra

A sesmaria doada em 1543 ao governador-geral D. Luís Brito de Almeida, deu origem ao atual município de Jandaíra. O primeiro povoado surgiu em trono de uma capela em homenagem a Nossa Senhora da Abadia, no século XVIII. Em 1718, foi elevada a distrito e, em 1728, o município, com o nome de Vila de Abadia. Em 1880 sua sede foi transferida para o Arraial da Cachoeira, recebendo então o nome de Cachoeira da Abadia. Em 1927 passou a se chamar Jandaíra, que significa abelha de mel. Extinto duas vezes, em 1931 e 1943, e finalmente elevado à cidade em 1944, Jandaíra é um município litorâneo da Costa dos Coqueiros, situado na divisa com o Estado de Sergipe, separado deste pelo Rio Real. Distante 202 km de Salvador, Jandaíra é segundo maior produtor de coco da Bahia e grande produtor de maracujá; o município tem como principais pontos turísticos o distrito de Mangue Seco (246 km de Salvador); Praia da Costa Azul, semideserta, de águas mornas e calmas; Praia dos Coqueiros, com 6 km de extensão, com coqueiros e dunas móveis que chegam a atingir 35 metros de altura; Rio Real, afluente do Rio Piauí, com águas limpas e mornas, propícias aos esportes náuticos e que banha a área de Proteção Ambiental de Mangue Seco; Cachoeira do Itanhi, queda do Rio Real, propícia o banho; Fontes da Garunga, de águas límpidas que minam de uma gruta cercada

de Mata Atlântica. O atual Município de Jandaíra, no Estado da Bahia, possui uma população residente de 10.997 habitantes, segundo censo/IBGE 2010. A principal festa popular deste município é do padroeiro da cidade Santo Antônio, que acontece de 1ª a 13 de junho, segundo a Prefeitura Municipal de Jandaíra (Prefeitura Municipal de Jandaíra, IBGE).

3.2 OS TOPÔNIMOS NO LITORAL NORTE DA BAHIA

A toponímia faz parte da onomástica, área da Lexicologia que estuda as lexias que são nomes de seres (antropônimos) e nome de lugares (topônimos). Os topônimos têm a capacidade de preservar fatos culturais de uma área geográfica, assim como ser fonte de estudo da língua de um povo, utilizando dos signos onomásticos.

Considerando o léxico como parte da cultura de um povo, e os topônimos como elementos que retratam a história da língua, relacionando contatos linguísticos, culturais e históricos, vê-se que os estudos toponímicos estão ligados à etnolinguística, parte da linguística que estuda as relações entre língua e cultura de um ou mais grupos étnicos.

3.2.1 A presença indígena nos topônimos baianos

Conforme afirma Correia (2017, p. 23), em sua pesquisa “Bahia de todos os cantos e recantos: marcas identitárias e culturais na toponímia da Bahia”, que exalta a importância do léxico no processo de nomeação, “nas palavras ele deixa os seus costumes, os seus valores, as suas tradições, as suas marcas. Portanto, começar pelo estudo da memória de uma comunidade, é o caminho escolhido para relacionar língua e cultura e entender o processo de nomeação do espaço e continuação da identidade”. É através dos topônimos que podemos compreender a vida e cultura de um povo. Os topônimos dos municípios baianos se tornaram elementos fundamentais para o conhecimento da cultura e vida dos habitantes, “a Toponímia como crônica de um povo, ao gravar o presente para o conhecimento das gerações futuras” (DICK apud CORREIA, 2017, p. 26).

O topônimo não surge do nada, para elaboração de um nome o nomeador utiliza de vários recursos a sua volta: as suas experiências de vida, a sua ideologia e principalmente da sua cultura, algo inerente aos topônimos de origem indígenas. Os topônimos nos ensinam que um nome no mapa não é só uma localidade, ele é base para desvendar a história de uma

localidade, pois guarda informação importante da comunidade, da paisagem, do passado em relação ao presente, os costumes e mudanças de comportamento de determinado grupo.

Os topônimos, “além de fenômenos linguísticos, são também fenômenos históricos, já que seus conteúdos fazem referência a uma realidade sócio-histórica em cujo contexto se dá nome aos fatos ou acidentes geográficos naturais ou antrópicos” (RAMOS, 2004, p.50-51). Na Costa dos Coqueiros há muitos topônimos de origem indígena, que não só nomeiam os locais, mas remetem à vida, os costumes e a cultura de um povo que viveu neste espaço por muito tempo.

Os topônimos do Litoral Norte da Bahia destacam a natureza: os animais que vivem no local, as praias, as cachoeiras, a cor da água do rio, a mata que se mantém preservada, e tudo que de alguma forma tornava cada canto único pela beleza ou pela dificuldade de acesso. Esta é uma característica de topônimo de origem indígena, enquanto os nomes de origem portuguesa se destacavam pela fé deste povo, que, desde que chegou na Costa do Descobrimento em 1500, utilizou nomes da religião católica para nomear os locais por onde passava.

A necessidade dos índios tupinambás em descrever o seu espaço de convivência, através de topônimos, é hoje um dos principais legados deste povo para comunidade local e para as pessoas que chegam ao Litoral Norte da Bahia, porque cada topônimo de município, de praia etc., guarda um pouco da história dos tupinambás que habitaram esta região por muito tempo, mas não resistiram à colonização portuguesa que dizimou muitas tribos, só não conseguiu apagar a história e a cultura desta gente que ficou marcada nos nomes dos locais.

Para uma análise de topônimos, é útil nos debruçarmos sobre uma classificação dos tipos de topônimos existentes. Citaremos aqui as 27 taxes que compõem o sistema taxionômico desenvolvido por Dick (1990 apud CORREIA, p. 29- 31), descrito a seguir:

CATEGORIAS DE NATUREZA FÍSICA: Das vinte e sete taxes que compõem o sistema taxionômico de Dick, onze se referem a elementos do ambiente físico: a) Astrotopônimos: relativos aos corpos celestes em geral. Ex. Estrela do Norte (SP); b) Cardinotopônimos: relativos às posições geográficas em geral. Ex. Entre Rios (BA); c) Cromotopônimos: relativos à escala cromática. Ex. Una (BA) d) Dimensiotopônimos: relativos às dimensões dos acidentes geográficos. Ex. Alto Rio Doce (MG); e) Fitotopônimos: relativos aos vegetais. Ex. Mucuri (BA); f) Geomorfotopônimos: relativos às formas topográficas. Ex. Ilhéus (BA); g) Hidrotopônimos: relativos a acidentes hidrográficos em geral. Ex. Rio de Contas (BA); h) Litotopônimos: relativos aos minerais e à constituição do solo. Ex. Itaberaba (BA); i) Meteorotopônimos: relativos a fenômenos atmosféricos. Ex. Brumado (BA); j)

Morfotopônimos: relativos às formas geométricas. Ex. Curva Grande (AM); k) Zootopônimo: relativos aos animais. Ex. Guanambi (BA).

CATEGORIAS DE NATUREZA ANTROPOCULTURAL: Em relação aos aspectos sociais, históricos e culturais, identificam-se as seguintes taxes: a) Animotopônimos: relativos à vida psíquica, à cultura espiritual. Ex. Vitória da Conquista (BA); b) Antropotopônimos: relativos aos nomes próprios individuais. Ex. Miguel Calmon (BA); c) Axiotopônimos: relativos aos títulos e dignidades que acompanham nomes próprios individuais. Ex. Conde (BA); d) Corotopônimos: relativos a nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes. Ex. Alcobaça (BA); e) Cronotopônimos: relativos aos indicadores cronológicos representados pelos adjetivos novos(a), velho(a). Ex. Nova Soure (BA); f) Dirrematopônimos: constituídos de frases ou enunciados linguísticos. Ex. Busca Vida (BA); g) Ecotopônimos: relativos às habitações em geral. Ex. Casa Nova (BA); h) Ergotopônimos: relativos aos elementos da cultura material. Ex. Caravelas (BA); i) Etnotopônimos: relativos aos elementos étnicos isolados ou não (povos, tribos, castas). Ex. Maracás (BA); j) Hierotopônimos: relativos a nomes sagrados de crenças diversas, a efemérides religiosas, às associações religiosas e aos locais de culto. Ex. Salvador (BA). Podem ser subdivididos em: hagiotopônimos: nomes de santos, ou santas, do hagiológico católico romano. Ex. Santo Antonio de Jesus (BA); e mitotopônimos: relativos a entidades mitológicas. Ex. Coaraci (BA); k) Historiotopônimos: relativos aos movimentos de cunho histórico, a seus membros e às datas comemorativas. Ex. Euclides da Cunha (BA); l) Hodotopônimos: relativos às vias de comunicação urbana ou rural. Ex. Encruzilhada (BA); m) Numerotopônimos: relativos aos adjetivos numerais. Ex. Três Corações (MG); n) Poliotopônimos: constituídos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro da comunidade, aglomerados humanos. Ex. Feira de Santana (BA). p) Somatotopônimos: empregados em relação metafórica à parte do corpo humano ou do animal. Ex. Carrancas (SP).

O processo de nomeação dos municípios baianos sofreu com o excesso de poder desde a chegada dos portugueses em 1500, pois todos os acidentes geográficos encontrados por este povo foram nomeados seguindo à “folhinha hagiológica romana ou utilizando nomes lusitanos, enquanto os nomes já existentes de origem tupi eram desprezados” (RAMOS, 2004, p. 206). Usando como base o levantamento estatístico de Ramos (2004), e analisando o início da colonização do Brasil, notamos que apesar de os índios serem maioria naquele momento, muitos topônimos de origem indígenas foram substituídos por outros de origem portuguesa sem o conhecimento e consentimento dos índios. Assim foi o início da nomeação dos municípios da

Bahia, e continua até hoje em todo Brasil, onde os topônimos viraram reféns do poder político, enquanto a história e vontade da população são ignoradas, provocando muitas vezes revolta na sociedade, que precisa lutar para preservar a sua identidade, através da preservação do nome do seu município.

Utilizando as categorias “natureza física” e “natureza antropocultural” e tomando como início o ano 1827, quando foi realizado o primeiro levantamento dos topônimos dos estratos indígenas de português por Ramos (2004), em sua pesquisa, foi verificado que os nomes de natureza antropocultural eram quase a totalidade dos topônimos usados para nomear as localidades e acidentes geográficos na Bahia, enquanto os de natureza física pouco eram utilizados. Seguindo adiante com o segundo e terceiro levantamentos, respectivamente nas décadas de 1890 e 1940, tivemos um aumento substancial de nomes de origem de natureza física em detrimento dos nomes de natureza antropocultural:

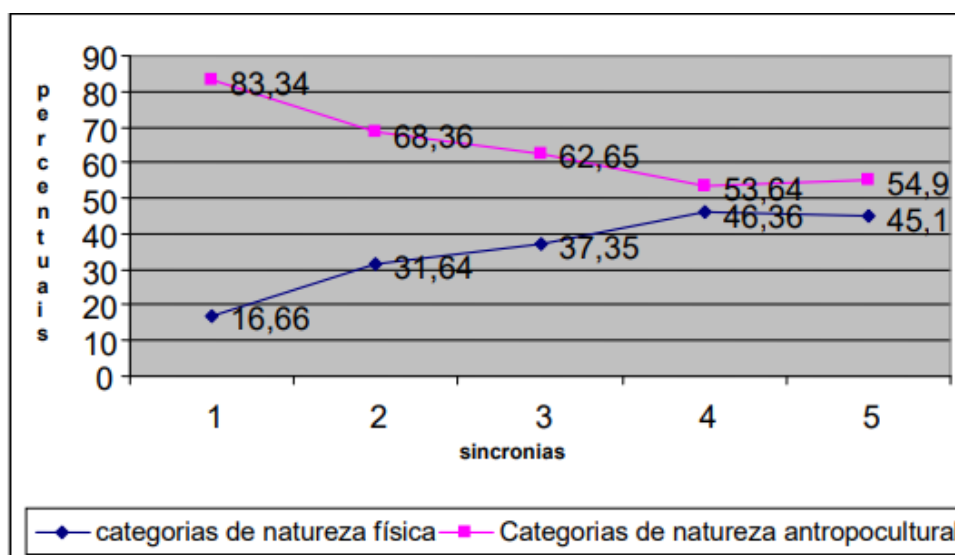


Gráfico 2: Trajetória das categorias de natureza física e das categorias de natureza antropocultural na nomeação de municípios baianos. Fonte: RAMOS, 2004, p. 206.

No penúltimo levantamento, na década de 1970, há uma inversão entres estas duas categorias, no quinto levantamento houve uma pequena mudança, mas se mantendo praticamente constante até o ano 2000. E para não deixar dúvida quanto aos resultados obtidos, Ramos (2004, p.207) ampliou a quantidade de categorias e a abrangência destes parâmetros, a fim de ter maior fidelidade na pesquisa, assim ele passou a utilizar três categorias invés de duas: 1) nomes descritivos, formados por todos os topônimos de natureza física exceto astrotopônimos, além dos animotopônimos e cronotopônimos; 2) nomes comemorativos,

formados pelos antropotopônimos, axiotopônimos, hagiopônimos e hierotopônimos, e por último, 3) outros:

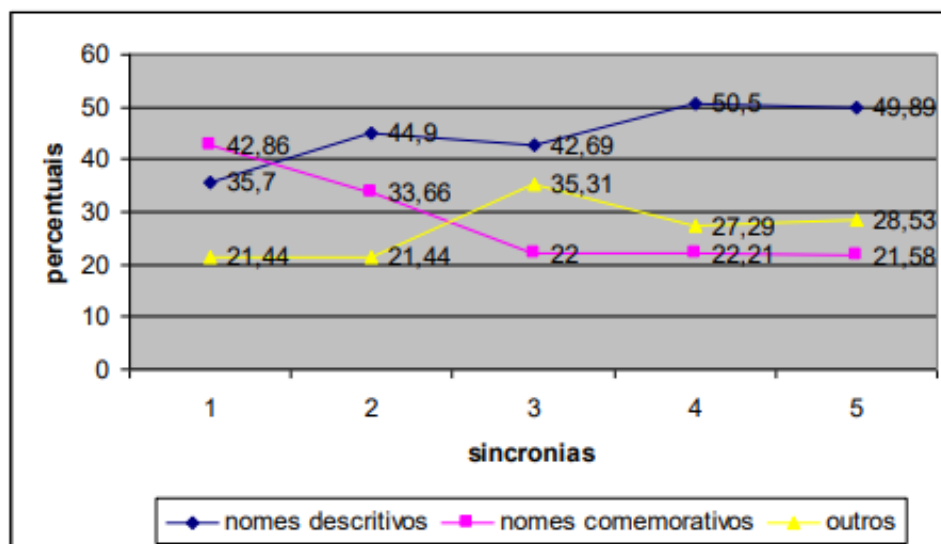


Gráfico 3: Trajetória do percentual dos nomes descritivos e dos comemorativos na nomeação de municípios baianos. Fonte: RAMOS, 2004, p. 207.

Neste cenário, os nomes comemorativos, no primeiro levantamento, de 1827, se mantiveram à frente dos nomes descritivos, invertendo de posição nos levantamentos seguintes, em 1890, 1940 e 1970, e se mantendo constante até o ano 2000, enquanto os outros se mantiveram constantes nos dois primeiros levantamentos, de 1827 e 1890, havendo um pequeno aumento em 1940 e redução em 1970, se mantendo constante até o ano 2000. Pelos dados analisados, vemos uma forte influência dos fatores sociais sobre a nomenclatura dos municípios baianos. Outro dado observado é o predomínio dos nomes de forma simples e compostas na nomeação destes topônimos, em detrimento de outras formas, como derivação e flexão, segundo afirma Ramos (2004).

Os estratos toponímicos lusitano e o tupi foram os principais utilizados pela sociedade colonial. Com a expansão das relações comerciais e o desenvolvimento colonial, algumas localidades tiveram seus topônimos ampliados ou reduzidos, o que possibilitou os surgimentos de nomes mistos, onde é notada a presença dos dois estratos, indígena e lusitano, no mesmo topônimo. Ramos (2004) traz os seguintes exemplos, divididos em dois grupos: a) nomeas em que o estrato lusitano possui uma referência geográfica: Itapicuru de Baixo (séc. XVI, atual Conde), Itapicuru de Cima (1727, atual Itapicuru); b) nomes em em que o estrato lusitano faz referência a um orago católico ou santo padroeiro (fazendo surgir um hagiopônimo) ou outro elemento sagrado (fazendo surgir um hierotopônimo): Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe

(séc. XVI, atual Jaguaripe), Nossa Senhora da Assunção de Macamamu (1560, atual Camamu), São Miguel de Taperogué (1561, atual Taperoá), Santo Antônio de Biopeba (1565, atual Nilo Peçanha), Santo Amaro de Ipitanga (1578, atual Lauro de Freitas) (RAMOS, 2004, p.210).

Com o desenvolvimento colonial, outras formas de nomear foram: a) a adoção de nomes portugueses, às vezes, o do proprietário do sítio, modelo onomástico antigo, em voga até já bem adentrado o século XX: Tapera de Paulo Afonso (f. séc. XVI, atual Paulo Afonso), Vila de Andrada (1613, atual Camamu), Boqueirão dos Parreira (1742, hoje Sebastião Laranjeiras), Canabrava do Gonçalo (1850, hoje Uibaí), Poço do Manoel Félix (1886, atual Iraquara), Conceição do Almeida (1890). (RAMOS, 2004, p.211); b) ma nomeação com sentido religioso: Santo André (séc. XVII, atual Ituberá), São Pedro (1604 > São Pedro do Monte de Muritiba [1705], atual Muritiba), Rancho Velho (séc. XVII, atual Morpará), Curral (1669), Campo Largo (1698, atual Cotegipe), Santo Antônio do Urubu de Cima (1710, atual Paratinga), Brejo Grande (1720, atual Ituaçu). (RAMOS, 2004, p.211)

O período pombalino também influenciou na toponímia baiana, pois com a separação entre o poder civil e religioso e a implantação do Diretório dos Índios em 1758, houve uma série de mudanças na rotina da comunidade: proibição do ensino da língua indígenas pelos jesuítas, a substituição dos nomes das localidades com mais de cinquenta moradias para outro nome de preferência lusitano: Natuba (séc. XVI) > Nossa Senhora da Conceição do Natuba (séc. XVIII) > Nossa Senhora da Conceição de Nova Soure (1754); Mucuri (séc. XVIII) > São José de Porto Alegre (1755); Piquiriçá (séc. XVIII) > Monte Santo (1755). (RAMOS, 2004, p.211-212).

A laicização no período pombalino retirou dos nomes religiosos, a sua referência ao orago, o que gerou muitas reduções nos topônimos brasileiros, inclusive nos municípios baianos: São Miguel de Taperogué (1561) > Taperoá (1847), Espírito Santo do Inhambupe de Cima (1727) > Inhambupe de Cima (1801) > Inhambupe (1889), Santo Antônio do Urubu de Cima (1710) > Urubu (1750); São Sebastião do Maraú (1718) > Maraú (1761). (RAMOS, 2004, p. 212).

Os primeiros topônimos em homenagem aos ocupantes da corte brasileira e lusitana surgiram neste período: Nossa Senhora do Monte do Itapicuru da Praia (1702) > Conde (1806). A adoção de nomes do poder político brasileiro ocorre até os dias atuais: Mimoso do Oeste (1984) > Luís Eduardo Magalhães (2000). (RAMOS, 2004, p. 2012).

Após a Proclamação de Independência 1822, o nacionalismo tomou conta do povo brasileiro que tentava demonstrar sua nacionalidade substituindo a nomenclatura anterior por topônimos de origem indígena, este fato aconteceu em todo Brasil, e em vários municípios

baianos, inclusive na Costa dos Coqueiros: Nossa Senhora do Alívio do Brejo Grande (1867) > Ituaçu (1868), Pambu /Capim Grosso (1854) > Curaçá (1890), Gado (séc. XIX) > Jussiape (1890), Monte Negro (1925) > Camaçari (1938). Este fenômeno se prolongou até o início do século XX. (RAMOS, 2004, p.213-214).

O Estado da Bahia possui 417 municípios; deste total, 136 tem nomes de origem indígena. No Litoral Norte da Bahia, temos apenas sete municípios com topônimos de origem tupi, e a região do estado que concentra a maior quantidade de nomes de origem indígena é o Litoral Sul da Bahia, com trinta nomes. Na Costa dos Coqueiros e outras áreas de colonização antiga, nota-se a redução no número de topônimos de origem indígena em relação a outras áreas de colonização recente. O que mais chama a atenção é o fato de que “áreas de colonização recentes adotaram nomes tupis, tornando-as, em média, muito mais abundantes em topônimos dessa procedência que zonas mais antigamente povoadas, como as das faixas litorâneas” (RAMOS, 2004, p.218-219).

Na Costa dos Coqueiros, além dos sete municípios com nomes de origem tupi temos distritos, povoados, praias, bairros, que também receberam nomes de origem indígena. A flora, a fauna e os mais diversos acidentes geográficos são características destes topônimos indígenas, os chamados fitotopônimos ou zootopônimos.

Ramos (2004, p.221-226) destaca alguns lexemas, que são mais encontrados entre os topônimos de origem indígena no Litoral Norte da Bahia:

TINGA (branco) – sempre em posição final, em função determinante, como em Biritinga (< piri, ‘junco’ + tinga, ‘branco’; donde ‘junco esbranquiçado’) e Maetinga (< mbayba ‘embaúba’ + tinga ‘branco’; donde: ‘embaúba branca’).

ÛAÇU (‘grande’) – sempre em posição final, como em Pindobaçu (< pindoba, ‘palmeira’ + uasu, ‘grande’; donde: ‘palmeira grande’) e Sapeaçu (< sapé ‘sapé’ + uasu ‘grande’; donde: ‘sapé grande’).

Y (“água e, por extensão, curso d’água, rio”). Nos sintagmas toponímicos em que aparece, esse lexema é elemento determinado, ocupando posição:

a) inicial ou final e acompanhado de determinante adjetiva: Iaçú ou (< y ‘rio’ + uaçu ‘grande’; donde: ‘rio grande’), Jacaraci (< îakarâ ‘curto’ + y ‘rio’; donde: ‘rio curto’), Utinga (< y ‘rio’ + tinga ‘branco’; donde: ‘rio branco’). Os lexemas Utinga, Itinga e Otinga, são variações na língua tupinambá com o mesmo significado em português: ‘rio branco’. (SAMPAIO,1955, p.261).

b) medial, em relação genitiva e função ablativa: Inhambupe (< y, ‘rio’ + nhambu, “perdiz” + pe, “em”; donde: “no rio da perdiz”).

Entre os topônimos origem indígenas encontrados em municípios baianos predominam nomes formados por justaposição e o lexema de maior incidência é ITÁ (“pedra”), que aparece como elemento determinado, nos seguintes padrões de formação lexical: em posição inicial com determinante adjetival. Itapitanga (< itá ‘pedra’ + pitanga ‘vermelho’; donde: ‘pedra vermelha’).

Com relação à influência africana nos topônimos baianos, observamos que na Costa dos Coqueiros infelizmente não temos nenhum município com nome de origem africana. Entre os municípios baianos, conforme afirma Ramos, (2004, p.230), temos seis municípios com nome de origem africana: dois localizados no Litoral Sul, os municípios de Gandu e Gongoji, dois na Serra Geral, os municípios de Caculé e Candiba, e dois no Oeste baiano, o município de Maiquinique e de Banzaé. Todos os nomes citados acima são de origem banto ou kimbundo (Banzaé, Caculé, Candiba e Gandu) ou da língua kikongo (Gongoji e Maiquinique). A maioria dos topônimos africanos encontrados nos municípios baianos são da década de 70, apenas Caculé é da década de 40. Nos municípios baianos encontramos alguns povoados e distritos com nomes africanos, mas quando foram emancipados tiveram seus nomes substituídos por outros de origem portuguesa, tupi ou fazendo homenagem a algum político da região, isto nos mostra o total desprezo das autoridades públicas para com as línguas de matriz africanas – reflexo do preconceito sofrido pelos afro-descendentes ao longo de toda a história do Brasil. No estado da Bahia temos a maior comunidade negra do país, mesmo assim, não temos respeito nem reconhecimento pela herança linguística africana.

O mapa a seguir, extraído de Ramos (2004), ilustra a realidade linguística descrita dos topônimos em municípios baianos, em que se vê uma forte presença de nomes de origem portuguesa e tupi, em contraste com uma quase invisível presença de nomes de origem africana:

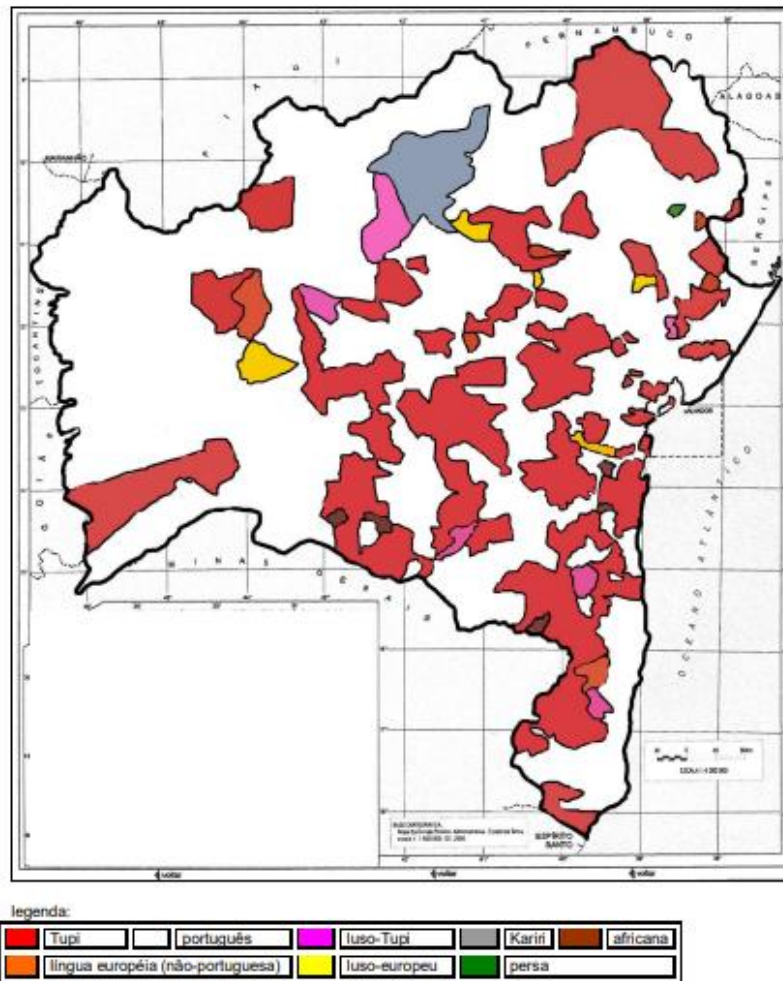


Gráfico 4: Carta 31: Procedência Lingüística do Léxico Toponímico em 2000 (RAMOS, 2004, p.480)

3.2.2 Levantamento etimológico dos topônimos de origem indígena no Litoral Norte da Bahia

Os topônimos são signos do sistema linguístico, fruto de uma língua viva ou não, que necessita de um nomeador individual ou de uma comunidade de falantes desta língua, que geralmente precisa respeitar tradições, conhecimento do ambiente a sua volta e valores individuais e coletivos, mas que ao longo da história pode ter sua motivação semântica apagada. O progresso, a destruição das matas e a descaracterização do espaço nomeado pode torná-lo um fóssil linguístico.

No estudo de topônimos de origem indígena, geralmente encontramos situações em que o nome não mais identifica o ambiente nomeado, e para realizar a análise é necessária a consulta

a dicionários etimológicos e glossários. No caso dos topônimos da Costa dos Coqueiros, foram utilizados os dicionários da língua tupi listados a seguir:

- CARVALHO, Moacir Ribeiro. Dicionário Tupi (antigo) português. O autor aborda termos da língua tupi antes do contato com a língua portuguesa;
- CUNHA, Antônio Geraldo da. Dicionário histórico das palavras portuguesa de origem tupi. Neste dicionário, constam os termos do tupi que foram adotados pela língua portuguesa;
- SAMPAIO, Theodoro. O tupi na geografia nacional. Nesta obra, constam variações da língua tupi entre as diversas tribos, fruto da divisão dos tupinambás pelo litoral brasileiro.

Foram ainda utilizados os seguintes glossários:

- CLEROT, Lion F. R. Glossário Etimológico tupi\português. A obra aborda termos geográficos, geológicos, botânicos, zoológicos, históricos e folclóricos de origem tupi-guarani, incorporados ao idioma nacional;
- RAMOS, Ricardo Tupiniquim. Glossário da pesquisa Toponímia dos Municípios Baianos: descrição, história e mudanças. Trata-se de parte da tese de doutoramento do mesmo autor, que realiza uma análise etimológica dos nomes indígenas de municípios baianos;
- BARBOSA, Pe. A. Lemos. Pequeno Vocabulário Tupi-Português. Com Quatro Apêndices: Perfil da língua tupi, Palavras compostas e derivadas, Metaplasmos e Síntese Bibliográfica.

A enciclopédia dos municípios baianos (v. XX\XXI) do IBGE, foi ainda um importante instrumento de ajuda na localização geográfica dos municípios, assim como na identificação dos nomes dos municípios.

Passaremos agora a uma análise etimológica dos topônimos do Litoral Norte da Bahia levantados na presente pesquisa.

TOPÔNIMOS DE ORIGEM INDÍGENA EM SALVADOR

Topônimo Itapuã

Assim como o bairro, a grafia do nome “Itapuã” foi mudando durante o tempo; no século XVI se escrevia ‘Itapaõ’, que passou se escrever ‘Tapoam’ até chegar no século XIX, quando passamos a grafar ‘Itapuã’ ou ‘Itapuan’. (BARCELAR, 2011).

O bairro de Itapuã é tema de muitas músicas de compositores da MPB, local de encontro nos finais de semana de baianos e turistas para desfrutar da belíssima praia, das barracas e bares, mas a maioria das pessoas que frequentam o bairro desconhece a origem do nome e a importância desta localidade para cidade Salvador no período colonial. Não há consenso entre as fontes sobre o significado do nome. Para alguns autores, o topônimo Itapuã tem origem indígena do tupi antigo ‘itá’- ‘apuã’ que significa “a pedra redonda”, “a ponta da pedra”:

Itapuã, substantivo(pedra redonda): poita. + Âncora. (CARVALHO, 1987, p.112).

Itapuã- Geogr.: Nome geográfico nos E. da Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul. Etim.: Itá-apuã- a pedra redonda, o bloco de pedra, também pode traduzir a pedra erguida; de poã- alçada, empinada. (CLEROT, 2010, p.260).

Itapuã- palavra de origem tupi-guarani, Itá- apuã, a pedra redonda, o bloco de pedra. Pode proceder também de Itá- poã, a pedra erguida, o penedo levantado Bahia. (SAMPAIO, 1955, p.259).

Para outros autores, Itapuã significa “pedra que ronca”; esta afirmação vem também dos moradores mais velhos do bairro, que acreditavam que na maré vazante a pedra “roncava”, por isso os índios tupinambás os primeiros habitantes deram este nome:

A origem do nome “Itapoã” vem da língua tupi e tem como significado “pedra que ronca” moradores antigos relatam que existia uma pedra que, antes de se partir, roncava na maré vazante. Os índios tupis foram os primeiros moradores e batizaram o bairro. (Projeto Vertentes, 2002).

Topônimos em Lauro de Freitas

Como já foi visto, o distrito de Ipitanga passou à categoria de município com a denominação de Lauro de Freitas pela Lei Estadual nº 1.753, recebendo o nome em homenagem ao candidato a governador Lauro Farani Pereira Freitas, que morreu em acidente aéreo em 1950.

Para muitos, o Município de Lauro de Freitas ainda deveria se chamar “Ipitanga” ou “Santo Amaro do Ipitanga” devido à importância que o rio Ipitanga tem para a comunidade; assim, o lugar teria preservado o topônimo que recebeu dos índios tupinambás, os primeiros habitantes do local. Para o historiador Gildásio Freitas (2008), estudioso dedicado à história de Lauro de Freitas, o acidente ocorrido com o candidato a governador não poderia afetar todo passado de uma região e a história de um povo, sua cultura e sua língua, que poderia estar imortalizada, se não tivesse ocorrido o equívoco de substituir o nome do município.

Lauro de Freitas: Localização: RMS. Criação: 27/07/1962. Município de Origem: Salvador. Categoria Toponímica: antrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Lauro [< Lt. *Laurus*, i < *laurus*, i, ‘loureiro’] + de + Freitas [< Lt. *fractas*, tatis, ‘quebrada, brecha, abertura desfiladeiro’]. Nome x história do local: Em 1578, em terras dos Garcia d’Ávila, surge o pequeno arraial de Santo Amaro de Ipitanga. Em 1861, a mudança de sua sede para o sítio de Itapuã ocasionou a alteração do topônimo para Nossa Senhora da Conceição de Itapuã (1861). Em 1954, já como distrito de Salvador, tem o nome de Ipitanga, alterado quando de sua emancipação para o atual, numa homenagem a Lauro Farani Pedreira de Freitas, engenheiro e político baiano, morto de desastre aéreo em 1950, quando liderava a campanha pelo governo do Estado. Histórico dos nomes: Nossa Senhora da Conceição de Itapuã (1861) > Santo Amaro de Ipitanga (f. s. XIX) > Ipitanga (1954) > Lauro de Freitas (1962). 1827 (inexistente). 1890 – Nome: Nossa Senhora da Conceição de Itapuã. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Nossa Senhora = pt. *nossa* [< Lt. *nostra*, ‘nossa’] + pt. *senhora* [< Lt. *seniora*, ae ‘ama, patroa, senhora’] + pt. *da* [= de + a] + pt. *conceição* [< Lt. *conceptio*, onis, ‘concepção’] + pt. *de* + pt. *Itapuã* [< Tp. ant.: *itá*, ‘pedra’ + *puã*, ‘redondo’; donde: ‘pedra redonda’]. 1940 – Nome. Status político: povoado. Procedência Linguística. Étimo: pt. *Santo Amaro* [< *santo* (Lt. *sanctus*, i, ‘santo) + *Amaro* (< Lt. *Amarus*, i, ‘amargo’)] + pt. *de* + pt. *Ipitanga* [< Tp.-ant.: *y* ‘rio’ + *pitanga* ‘vermelho’; donde: ‘rio vermelho’]. 1970 – Nome: Lauro de Freitas. (RAMOS, 2004, p.364-365).

TOPÔNIMOS DE ORIGEM INDÍGENA DO MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS

Ipitanga

Ipitanga é atualmente um bairro do município de Lauro de Freitas, que recebeu este nome em devido ao rio que corta a cidade apresentar uma água de cor avermelhada, cor de pitanga. Este topônimo é de origem tupinambá, dos antigos habitantes da região.

Segundo Vieira (2008), a palavra Ipitanga, que batiza o bairro litorâneo do município de Lauro de Freitas, é um nome híbrido de ameríndios, português e tupi, e tem duas possíveis origens, de acordo com o artigo assinado pelo professor José Paranhos (JORNAL A TARDE, 2008). Primeiro: seria inspirado na cor da fruta pitanga, nativa da região. Segundo: significa “água vermelha”, numa alusão à tonalidade avermelhada da água do rio Ipitanga, resultado de um provável tingimento pelas raízes do subsolo.

Pitanga. Adjetivo: avermelhado, pardo, fosco, trigueiro. (CARVALHO, 1987, p.246).

Pitanga - Planta da família das mirtáceas, cujo fruto é uma baga avermelhada, de sabor agridoce; pitangueira; UBAPITANGA. (CUNHA, 1982, p.241).

Ipitanga - palavra de origem tupi-guarani, Y-pitã ou Y-pitanga ou Y-piranga = água vermelha. (SAMPAIO, 1955, p.94).

Itinga

Itinga é um bairro do município de Lauro de Freitas, que ficou conhecido devido à qualidade da água do rio que corta o bairro, limpa e cristalina, daí veio o topônimo de origem tupinambá, no tupi antigo significa y-tinga; y = ‘água’ ou ‘rio’; tinga = ‘branca; ‘rio de água branca.

Itinga - palavra de origem tupi-guarani Y-tinga = água branca, o rio branco grande. Alt. Utinga, Otinga. (SAMPAIO, 1955, p.261).

Topônimos em Camaçari

Camaçari

Camaçari é um município do Litoral Norte da Bahia, que ficou conhecido no período colonial pela abundância de uma árvore que ferida expelia um líquido branco da cor de leite. Como os índios tupinambás tinham o costume de nomear lugares por elementos do ambiente físico, passaram a chamar esta região de Camaçari, do tupi antigo kamasari; kama=‘seios’, sari=‘lágrimas’; ‘lágrimas dos seios’ ou ‘leite materno’. Segundo dados do IBGE (1958), o topônimo de origem tupi-guarani tem o significado de árvore que chora, devido às folhas ficarem cobertas de gotículas.

O Município de Camaçari foi criado em 29/03/1920 como distrito de Abrantes, e com nome Camassari. Em virtude de a terra em que estava localizado o município ser de propriedade do Desembargador Tomaz Garcez Paranhos Montenegro, em 27/07/1925, esta teve seu nome mudado para Montenegro e o distrito foi elevado à condição de vila. Em 30/03/1938, o município voltou a ser chamado de Camassari, em 03/12/1953 a grafia do nome da cidade foi mudada para Camaçari, esta utilizada até hoje. (CAMAÇARI, A história da nossa cidade, 2018).

CAMAÇARI: Localização: RMS. Criação: 28/09/1758. Município de Origem: Salvador. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: Tp.-ant. kama ‘seio’ + sari ‘lágrima’; donde: ‘lágrima dos seios, leite materno’; na língua comum, designa uma árvore combretácea (a *Terminalia fagifolia*) e uma ternetremácea (a *Caraipa fasciculata*). Nome X história do local: Criado por provisão do Conselho Ultramarino datada de 28/09/1758 como vila do Espírito Santo de Nova Abrantes, foi extinto pela Resolução Provincial nº. 241, de 15/04/1846 e anexado a Mata de São João, do qual se desmembrou pela Resolução Provincial nº. 310, de 3/07/1848. No ano seguinte, tendo a sede transferida para o povoado de Parafuso, adotou esse nome. Pela Lei Estadual nº. 1809, de 28/07/1925, teve a sede transferida para o distrito de Camaçari com o nome de Monte Negro, trocado para o atual – referente a um rio que lhe corta o território –, por força do Decreto-Lei nº. 10724, de 30/03/1938. Histórico dos nomes: Espírito Santo de Nova Abrantes (1758) > Parafuso (1849) > Monte Negro (1925) > Camaçari (1938). 1827 – Nome: Espírito Santo de Nova Abrantes. Status político: município. Categoria Toponímica: hierotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Espírito Santo [< espírito (< lt. spiritus, us, ‘espírito’) + santo (< lt. sanctus, i, ‘santo’)] + de + Nova [< lt. nova, ae, ‘nova’] + Abrantes [< abra (< lt. aprat, ‘abra’) + antes (< lt. ante, ‘antes’)]. 1890 – Nome: Parafuso. Categoria Toponímica: ergotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: controverso. 1940, 1970 – Nome: Camaçari. (RAMOS, 2004, p.292).

TOPÔNIMOS DE ORIGEM INDÍGENA DO MUNICÍPIO DE CAMAÇARI

Camaçari – palavra de origem indígena KAMA-ESÁ-Y, em tup. Ant. ‘arvore que chora; espécie de arvore que produz líquido branco resinoso’ (NAVARRO, 2013).

Camassari - Vard. Árvore de lei. (BARBOSA,1955, p.43).

Camaçari - Camaçary- corr. Cama-çary, a lágrima do peito; isto é, o fio de leite; alusão à matéria leitosa que deita a árvore deste nome, quando ferida. Pode também proceder de Caá-maçary, que quer dizer planta que lacrimoja. Madeira de que, outrora, se faziam caixas para a exportação de açúcar. (SAMPAIO,1955, p.213)

Cunha (1982) traz uma longa descrição da árvore que recebe esse nome:

Camaçari-Camasari; camasarium; Camassari; Camaçary; Kamasa’ri. Planta da família das ternstremiáceas. Que são árvores naturais de areia e terras fracas. São estas árvores muito compridas e direitas, das quais se tiram frechas e tirantes para engenhos de cem palmos, e de cento e vinte de comprido e dois de largo, e palmo e meio afora o delgado da ponta, que serve para outras cousas; a qual madeira serve para toda a obra das casas, do que se faz muito tabuado para elas e para os navios. Esta madeira tem a côr vermelhaça, boa de lavar, e melhor de serrar. Destas árvores se fazem mastros para os navios, e se foram mais leves eram melhores que os de pinho, por serem mais fortes; as quais árvores são tão roliças, que parecem torneados. (CUNHA, 1982, p.89, 90)

Arembepe

Arembepe, bairro do município de Camaçari, ficou conhecido pela bela praia de mesmo nome, cercada de coqueiral, e a aldeia hippie que hospedou grandes artistas nacionais e estrangeiros. Mas será que as pessoas que frequentam este local sabem da origem deste nome? O topônimo Arembepe é de origem tupinambá, do tupi antigo, e significa a-rembé-pe, ‘a volta da frente do povoado’. Como se pode observar, este topônimo apresenta divergência de significado entre os autores pesquisados.

Arembepe - Geogr. Nome geográfico no E. da Bahia. Etim.: Arembé-pe – em volta, em torno de gente; em torno da povoação (CLEROT, 2010, p.72).

Ar-embe-pe, Partícula agrupada. Advérbio: “a volta da frente do povoado” (CARVALHO, 1987, p.37).

Arembepe - A-rembé-pe, à volta ou em torno da gente; à borda da povoação. (SAMPAIO, 1955, p. 201).

Jacuípe

Barra do Jacuípe, bairro do município de Camaçari, antiga vila de pescadores, ficou conhecido por ser um local paradisíaco com uma bela praia e área verde preservada, mas não vemos mais os jacus que deram origem ao topônimo Jacuípe, nome de origem tupinambá que no tupi antigo significa ya-cú-y-pe, pode ser entendida como ‘Rio em que ficam os jacus’.

O povoado de Barra do Jacuípe, localizado a sudeste da Estrada do Coco, está situado às margens do Rio Jacuípe, cuja palavra de origem tupi, traduzida para o português, significa “rio dos jacus” um tipo de ave galinácea que habitava a região. (CAMAÇARI, A história da nossa cidade, 2018).

Jacuípe - Geogr.: Nome geográfico nos E. da Paraíba, Alagoas, Bahia e Minas Gerais. Etim.: ya-cú-y-pe - no rio dos jacus; de y- rio + pe- partícula pospositiva que diz: no, em. (CLEROT, 2010, p.280).

Jacuípe-Jacuype - corr. Yacú-y-pe, no rio dos jacus; pode proceder, ainda, de Y-acui-pe, no rio seco ou no rio temporário. (SAMPAIO, 1955, p.265).

Guarajuba

Guarajuba, bairro do município de Camaçari, antiga colônia de pescadores, ficou conhecida pela praia de água calma e dunas de areias, que durante o verão atrai muitos turistas para o local. O topônimo ‘guarajuba’, de origem tupinambá, pode se tornar um fóssil linguístico, pois com o avanço do desmatamento, fruto da construção dos condomínios residenciais e de casas de veraneio, as aves que deram nome ao local estão desaparecendo das lagoas.

Guarajuba, segundo Sobral (2008), é um nome de origem tupi-guarani, que significa “garças douradas”: “o nome surgiu de uma referência às aves douradas que ficavam nas lagoas desse lugar. É denominação também de um peixe” (SOBRAL, 2008, p.401)

É assim descrita a ave que recebe o nome de guarajuba na Revista USP (2021)

Guarajuba – Ave da fam. dos Psitácidas (*Guarajuba guaruba* Gmel.), também conhecida por guaruba ou tanajuba. “Na Amazônia é o papagaio ou antes periquito conurus guarouba, que difere das outras espécies congêneres por ser quase inteiramente amarelo (como aliás diz o nome indígena), com ligeiros reflexos avermelhados e com as rêmiges verdes, recobertas porém, até a metade, por penas amarelas, de modo que só a metade da asa mostra a cor verde, quando as penas estão na posição natural de repouso” (Ihering), Guará, ave, juba amarelo. V. com este mesmo nome espécie de árvore e de peixe. (Revista Usp, 2021)

Guarajuba - nome de origem tupi guarani que significa “garça dourada ou garça amarela”. (SOBRAL, 2008, p.401).

Guarajuba - Guarã-Iuba - Ictiologia: variedade de xaréu, da família dos carangídeos, gênero Carans. (CARVALHO, 1987, p.96).

Guarajuba - guigraiuba, uirajuba, uira’juua (ui’ra ‘ave’ + juua, ‘amarelo’). Espécie de papagaio (*Guaruba guaruba*). (CUNHA, 1982, p.140).

Guarajuba - Botân.: *Terminalia acuminata* Fr. All., árvore defam. Combretaceae. Altera-se em muirajuba. Etim.: Para a planta: guara-yúba - a madeira amarela; de guará, afixo na denominação das madeiras, + yúba - amarelo. Para o peixe: acará-yúba - o acará amarelo. Para ave: guirayúba - a ave amarela; de guirá, ave, pássaro. (CLEROT, 2010, p.205).

Guarajuba - Vard. de Xaréu (ave da família dos carangídeos, gênero Carans. Uma espécie de papagaio). (BARBOSA, 1955, p.63).

Guarajuba - corr. Guara-yuba, o indivíduo amarela; o pau- amarelo. Alt. Guarajuva, Guariuva, Guarauba. (SAMPAIO, 1955, p. 239).

Itacimirim

Itacimirim é também um bairro do município de Camaçari, antiga vila de pescadores que ficou conhecida pela tranquilidade do local e praia deserta, ideal para quem pretende descansar em um lugar bonito e calmo. Os antigos habitantes, os índios tupinambás, colocaram

o topônimo de Itacimirim, que no tupi antigo significa itá-mirim, itá = ‘pedra’, mirim = ‘pequena’, ‘miúda’; ‘pedra miúda’. (SOBRAL, 2008, p.402).

Itacimirim – nome de origem tupi guarani que outrora era grafado como “Tassimirim”, significa “pequena fileira de pedras”. (CAMAÇARI, A história da nossa cidade, 2018).

Itacimirim - Geogr.: Nome geográfico no E. da Bahia. Etim.: Itá-cym-miri - o itací pequeno (vide Itací) (CLEROT, 2010, p.251). Itaci- Geogr.: Nome geográfico no E. de Mato Grosso. Etim.: Itá-cym- a pedra escorregadiça; de itá- pedra, + cym- escorregadiça. (CLEROT, 2010, p.251).

Itacimirim - corr. Itá-mirim, pedras pequenas, pedrinha; pedregulho; seixo rolado. (SAMPAIO, 1955, p.257).

Genipabu

Genipabu fica próximo a Guarajuba, no município de Camaçari, praia com grande faixa de areia. O topônimo de origem tupinambá não conta mais a história do local, devido à ausência do fruto jenipapo. Do tupi antigo yanipáb-y; yanipáb = ‘jenipapo’, y = ‘rio’; ‘rio dos jenipapos’.

Genipabú - corr. Yanipáb- ú, onde se comem genipapos. (SAMPAIO, 1955, p.232).

Genipabu - Geogr.: Nome geográfico nos E. do Rio Grande do Norte e Pernambuco. Etim.: Yanipáb-ú – o rio ou aguada dos jenipapos; de yanipáb – jenipapo, + y – rio, aguada. (CLEROT, 2010, p.187).

Genipabu – nome de origem tupi guarani, que significa “rio dos jenipapos”. (CAMAÇARI, A história de nossa cidade).

Pojuca

Barra de Pojuca, localizado em Itacimirim, é um local para quem é adepto do ecoturismo, devido à grande quantidade trilhas ecológicas abertas no meio da mata, além do encontro da água do rio com o mar, que atrai muitas pessoas para a localidade, mas se os frequentadores soubessem que este topônimo é de origem tupinambá, e seu significado no tupi antigo, ficariam

desconfiados daquela água, pois significa “fonte de água podre” ou “água não potável”) (CAMAÇARI, A história da nossa cidade, 2018).

Ipojuca- Geogr.: Nome geográfico no E. de Pernambuco. Etim.: Y-apó-yuc - o estagnado podre; de y-apo - alagado, pântano, + yuc - podre, decomposto. Altera-se em pojuca. (CLEROT, 2010, p.245).

Pojuca – Ipojuca - corr. Yapó - yuc, o estagnado, podre, o banhado de águas pútridas. Alt. Pojuca. (SAMPAIO, 1955, p.115).

Pojuca - corr. Yapó - yuca, o Pântano corrupto, apodrecido; estagnado, podre. Alt. Ipojuca, pojú, Boyú, Mojú. (SAMPAIO, 1955, p.305).

Pojuca - nome de origem tupi-guarani significa “brejo”, “pântano” do tup. Ant. YAPÒ -JUCA (GREGÓIO,1980, p.125).

Jauá

Jauá é uma praia do município de Camaçari, que fica em Vila de Abrantes, antigo aldeamento dos índios tupinambás, e este topônimo é de origem tupinambá. Encontramos na bibliografia pesquisada diferentes explicações sobre o significado do termo, como se pode observar a seguir:

Jauá - corr. Yauara. V. Jaguar. // Jaguar - Corr. Ya-guara; aquele que devora ou dilacera, o devorador. Forma primitiva no tupi; yauara. No guarani; yauá. Alt. Jaguá; jaguara. (SAMPAIO, 1955, p. 265, 268).

Jauá - Geogr. Nome geográfico do E. da Bahia. Etim.: Forma contrata e alterada de yaguara. Yaguara - aquele que devora ou dilacera - onça, tigre, era o nome que os guaranis davam aos cometas como se fossem feras entre as estrelas. A forma primitiva “yauá” é guarani e yaudra é a forma tupi (CLEROT, 2010, p.295 apud SAMPAIO).

Jauá - nome de origem tupi-guarani, tem origem em uma espécie de papagaio chouá (SOBRAL, 2008).

Topônimos em Mata de São João

Mata de São João, segundo a crença popular, tinha como nome original do povoado “São João da Mata”, com o nome sendo alterado em função de João Lopo de Mesquita, que teria aberto estradas e derrubado matas na região entre 1649 e 1659. As pessoas teriam começado a se referir à região como “mata do seu João,” e isso teria causado o surgimento da denominação atual do município, “Mata de São João”. (IBGE,1958)

Mata de São João: Localização: Litoral Norte. Criação: //. Município de Origem: Camaçari. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Mata [< lt. sanctus,i, ‘santo’) + João (< lt. Iohane, is < hb. Yekokhanan ‘Deus é gracioso’)]. Nome X história do local: Já no século XVI inicial sua colonização quando seu território passa a pertencer à Casa da Torre. Nessa época, forma-se o povoado de Coqueiro da Água Comprida da Mata de São João. Em 1761, seu nome é trocado para Senhor do Bonfim da Mata de São João, com o qual se emancipa em 15/04/1846. Em 1931, teve o nome reduzido para Mata, novamente modificado para Mata de São João em 1938. Histórico dos nomes: Coqueiro da Água Comprida da Mata de São João (s. XVI) > Senhor do Bonfim da Mata de São João (1761) > Mata (1931) > Mata de São João (1938). 1827,1890 – Nome: Senhor do Bonfim da Mata de São João. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hierotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. (RAMOS,2004,p.373).

TOPÔNIMOS DE ORIGEM INDÍGENA DO MUNICÍPIO DE MATA DE SÃO JOÃO

Imbassaí

Imbassaí é um povoado do município de Mata de São João, que se destaca pela qualidade de vida dos seus moradores, pela tranquilidade que reina mesmo quando há muitos turistas. O ponto alto deste local é a praia de água calma e quente, o encontro do rio com mar. Os antigos moradores deste paraíso foram os índios tupinambás, que batizaram o local com este topônimo devido às várias cascatas de água doce que seguem em direção ao mar. No tupi antigo significa imbassaí, ‘caminho dos rios’. (iBahia,2023)

Imbassaí - nome de origem tupi-guarani, significa “caminho dos rios”. (iBahia, 2023).

Açu

Açu da Torre é um distrito do município de Mata de São João, antiga aldeia de pescadores com praias desertas, aqui foi aldeia dos índios tupinambás durante o período da colonização. No tupi antigo açu significa ‘grande’, como adjetivo.

Açu - Geogr. Nome geográfico nos E. do Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Bahia, Rio de Janeiro e Goiás. Etim.: Assú - grande. (CLEROT, 2010, p.40).

Açu - adj. Grande, considerável. Como substantivo significa o veado. Alt. Ocú, uçú, guacú. (SAMPAIO, 1955, p.191).

Açu - adjetivo: grande e grosso, canhoto. (CARVALHO, 1987, p.06).

Açu - substantivo: a esquerda, lado esquerda, mão esquerda. (CARVALHO, 1987, p.06).

Açu - guaçu, adj. Assú; guassú significa “Grande”. (Grande = Guaçú; o mesmo é Çu que Guaçú). (CUNHA, 1982, p.45).

Topônimos em Entre Rios

Entre Rios é um nome de origem portuguesa. Entre, do lat. inter, ‘espaço que vai de um lugar a outro’; rio, do lat. rivus-i, ‘curso de água natural’ (CUNHA, 2013). O nome do Município de Entre Rios se deve ao fato de seu território estar localizado entre os rios Inhambupe e Subaúma, tendo conservado, portanto, o mesmo nome do antigo povoado. (IBGE, 1958).

TOPÔNIMOS DE ORIGEM INDÍGENA DO MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS

Massarandupió

Massarandupió é distrito do município de Entre Rios, ficou conhecida pela prática de nudismo em uma faixa de praia deserta, mas durante o período pombalino foi em massarandupió que os índios foragidos da Vila de Abrantes conseguiam refúgio. O topônimo Massarandupió é de origem tupinambá. Massarandupió recebe esse nome devido à grande quantidade de pés de maçarandubas, do tupi macarandyba, na região (STIFELMAN, 2007). Algumas referências são feitas a índios massarandupió, que teriam dado origem ao nome da localidade (SOUZA, 2009, p.102).

Massarandupió - Geogr.: Nome geográfico no E. da Bahia. Etim.: Ma- çarani-d-yba-pió- o extrato da maçaranduba; de maçaranduba (vide este nome). // Maçaranduba- Nome geográfico nos E. do Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia e Santa Catarina. Etim.: Ma-çaran-d-yba - a árvore de escorrego; longarina; utilizada na mata para sobre ela rolará a madeira tirada (CLEROT, 2010, p.314).

Maçarandupió- corr. Ma- çaran- pyó, o extrato da maçaranduba. V. Maçaranduba. (SAMPAIO, 1955, p.275). // Maçaranduba- corr. Ma- çaran- d- yba, a árvore do escorrego longarina utilizada na mata, para, sobre ela, rolar a madeira tirada. Pode ser corrupção de mo- çaran-d-yba, que quer dizer árvore que faz escorregar ou deslizar. É a Sapotácea *Lucuma Procera*. (SAMPAIO, 1955, p.275).

Sauípe

Porto Sauípe é um bairro do município de Entre Rios, que destaca pela praia de longa faixa de areia e mar agitado cercado por coqueiro. O seu topônimo é de origem tupinambá que no tupi antigo significa saú- y- pe,, saú = ‘saguis’, y = ‘rio’, pe = ‘em’ ou ‘no’; ‘no rio dos saguis’, embora esse significado não seja um consenso na bibliografia pesquisada.

Sauípe – topônimo de origem tupinambá que no tupi antigo significa: saú = ‘saguis’, y = ‘rio’, pe = ‘em’, ‘no’; ‘no rio dos saguis’. (NAVARRO, E. A.2013, p.597).

Sauípe - Geogr.: Nome Geográfico no E. da Bahia. Etim.: Saú-y-pe- no rio dos saús. saús = saguis. (CLEROT, 2010, p.435).

Sauípe - Suape- Suá- pe, na face, na frente, no rosto. Nome de extensa e bela praia de banhos na ilha de Madre Deus - Bahia. (SAMPAIO, 1955, p.316).

Subaúma

Subaúma é um povoado do município de Entre Rios, antiga vila de pescadores, que ficou conhecido pelas praias desertas, as cachoeiras, as dunas de areia, os manguezais, os recifes de corais, as lagoas e rios. Este paraíso foi habitado pelos índios tupinambás, que inclusive colocaram este topônimo, que no tupi antigo significa câmaúma, câma- ‘corda, cordão’, úma-yba- ‘árvore’; ‘árvore de corda’.

Subaúma - Geogr.: Nome geográfico nos E. da Bahia e São Paulo. Etim.: Sumaúma (vide este nome). (CLEROT, 2010, p.444). // Sumaúma- Geogr.: Nome geográfico nos E. do Amazonas, Pará e Alagoas. Etim.: Çãma-úma - árvore de corda; de çãma - corda, cordão, + úma-yba - árvore. (CLEROT, 2010, p.446).

Subaúma - V. Samauma. Corr. Çama- yba, a árvore de corda, ou que tem fibras que dão corda. (Eriodendrum Samaumat, Mart). Alt. Samayba, Samauba, Samauva, Sumauma, Subauma. (SAMPAIO, 1955, p.301).

Topônimos em Esplanada

Esplanada é um nome de origem portuguesa, proveniente do italiano spianata, ‘terreno plano e descoberto’ (CUNHA, 2013).

Esplanada: Localização: Litoral Norte. Criação: 10/06/1912. Município de Origem: Conde. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: derivação. Procedência Linguística: português. Étimo: [< fr. esplanade < it. spianata, ‘esplanada; “terreno plano e descoberto, geralmente formado em frente de um edifício” (CUNHA, 1986, p. 325’]. Nome x história do local: O atual Município de Esplanada (nome em referência ao planalto onde se localiza) teve sua origem em arraial pertencente ao município do Conde, havendo logrado considerável progresso o advento da estrada de ferro, antiga Viação Férrea Leste Brasileira (atual Ferrovia Atlântica), cujo final de linha se situava na vizinha localidade de Timbó. Entre 1904 e 1908, Frei José de Monsano, capuchinho em missão catequética na região, construiu um convento para ministrar a doutrina cristã e abrigar pessoas idosas e a Escola Marista, posteriormente extinta. Município criado pela Lei Estadual nº 889, de 10/06/1912. Pelo Decreto 7.479, de 8/07/1931, foi-lhe anexado o território do extinto município de Vila Rica e criada uma sub-prefeitura na antiga Vila do Conde. Histórico dos nomes: Desde seu surgimento, conserva o mesmo nome. 1827, 1890 (inexistente). 1940, 1970 – Nome: Esplanada. (RAMOS, 2004, p.319).

TOPÔNIMOS DE ORIGEM INDÍGENA DO MUNICÍPIO DE ESPLANADA

Praia da Barra do Rio Inhambupe

Inhambupe - nome de origem tupi-guarani, significa “no rio da perdiz”, do tup. Ant. “Y” água, rio - “ambu” perdiz - “PE” em. (CARVALHO, 1987, p. 108).

Inhambupe - Geogr. Nome geográfico no E. da Bahia. Etim.: Inhambú-pe - nos inhambus; de “inhambu” (vide este nome) + -pe, partícula pospositiva que diz: no, em. (CLEROT, 2010, p.237). // Inhambu - Geogr.: Nome geográfico nos E. do Amazonas, Maranhão e Minas Gerais. Etim.: Presta-se a duas interpretações: i-nhã-bú- o que corre apumado; de i- aquele que, +nhã-corre, + bú- no pé, apumado; de i- am- o que se corre + bú- estrondo, estrépito. A segunda interpretação corresponde com mais justeza aos costumes dessas aves. (CLEROT, 2010, p.236).

Inhambupe - inambu; nambu; jnhambu;; nãbu; ynambu; inambu; enambu; inhambu; inhambu; inambú; nhambú. Ave da família dos tinamídeos. Nambu é uma ave da côr e tamanho da perdiz, tem os pés e bico vermelhos, voam ao longo do chão, por onde correm muito, e criam em ninhos que fazem no chão, onde põem muitos ovos. Estas aves têm grande peito cheio de tirelas muito tenras e saborosas. (CUNHA, 1982, p.153).

Inhambupe - Anhemi, que se deve adotar como a mais correta, e podendo-se identificar com a palavra Inhamby, às vezes pronunciada Inhambu, com a qual se designa o perdiz, ave galinácea outrora abundante nos campos de Piratininga ou de cima da serra. (SAMPAIO, 1955, p.182).

Inhambupe - corr. Ynhambú-pe, nas perdizes. (SAMPAIO, 1955, p.250).

Topônimos em Conde

Conde é um nome de origem portuguesa, do Latim comes- itis, ‘título de nobreza’ (CUNHA, 2013). “O nome do município Conde foi em homenagem ao terceiro conde dos Arcos, proprietário do engenho que originou o município” (RAMOS, 2004, p.136).

Conde: Localização: Litoral Norte. Criação: 24/11/1806. Município de Origem: Itapicuru. Categoria Toponímica: axiotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: comes, itis, ‘aio, séquito’. Nome X história do local: Território inicialmente habitado por índios Tupinambá. Com o início da colonização, passou a integrar a sesmaria de Garcia d’Ávila, passando a produzir cana-de-açúcar, fumo e gado de corte com a força de trabalho de índios e africanos. Em 1621, a área à margem esquerda do rio Itapicuru é doada aos jesuítas, que aí instalam a povoação de Itapicuru de Baixo e constroem a capela de Nossa Senhora do Monte. Carta Régia de 7/01/1702 institui a freguesia de Nossa Senhora do Monte do Itapicuru da Praia. A emancipação de dá em 24/11/1800, quando se adota o atual nome, em referência a Dom Fernando de Noronha, terceiro Conde dos Arcos, genro e herdeiro do terceiro Governador-geral do Brasil, Mem de Sá. Em 1931, o município é extinto e anexado a Esplanada, sendo restaurado com

sede trocada para Ribeira do Conde por Decreto Estadual de 24/01/1935. Histórico dos Nomes: Itapicuru de Baixo (1621) > Nossa Senhora do Monte do Itapicuru da Praia (1702) > Conde (1800). 1827, 1890, 1940, 1970 – Nome: Conde. (RAMOS, 2004, p.308-309).

TOPÔNIMOS DE ORIGEM INDÍGENA DO MUNICÍPIO DE CONDE

Praia da Barra do Itapicuru

Os termos Itapucuru, Itapecuru e Itapicuru sofreram mutações ao longo do tempo. Segundo a pesquisadora Santana (2016, p. 01), “existem controvérsias sobre o significado do nome ‘itapecuru’. Muitos pesquisadores investigam a sua origem, encontrando analogia com, ‘Maranhão’, que vem do termo ‘Maragnon’ e significa grande mar ou águas que correm brigando”. (SANTANA, 2016, p.01). No século XVIII se escrevia “itapucuru”, em 1801 passou a escrever “itapecuru” e atualmente se grafar “Itapicuru”. (SANTANA, 2016, p. 01).

Itapecuru - Geogr.: Nome geográfico nos E. do Maranhão e Bahia. Etim.: Itá- pé-curú- a laje de cascalhos; a laje áspera, encaroçada; o conglomerado; de itá- pedra, + pé- chata, plana, + curú- áspera, encaroçada. (CLEROT, 2010, p.258).

Itapecuru – é um termo indígena constituído de três vocábulos: “itá” que se significa ‘pedra’; “pe” igual a caminhar, correr e “curu”, que pode ser, ‘larga’, ‘longa’; ‘águas que correm entre pedras’. (SANTANA, 2016, p.01).

Itapucuru - que era a grafia original, são dois vocábulos: “itá”, ‘igual ‘a pedra’; “cupuru” com o significado de ‘púcaro’, ‘recipiente’, ‘deposito’; “águas que correm entre pedras” ou “ caminho de pedras miúdas” para os contemporâneos. (SANTANA, 2016, p.01).

Itapicuru - V. Itapecuru- Itapé- curú, a laje formada de cascalho ou seixos, a laje áspera, cheia de caroço ou protuberância; o conglomerado. Alt. Itapicurú. (SAMPAIO, 1955, p. 258, 259).

Praia da Barra de Itariri

A praia de Itariri fica próximo ao povoado de Sítio do Conde, é um local onde tranquilidade é o seu maior atrativo, com mar calmo e rodeado de coqueiros. Os índios tupinambás habitaram nesta região, devido a enorme quantidade de pedras encontradas na praia,

colocaram este topônimo. O nome Itariri tem origem indígena e significa: “ita”= pedra e “riri”= miúda, ainda, segundo alguns especialistas “riri” pode significar que rolam, ou seja “Itariri” quer dizer “pedras miúdas” ou “pedras que rolam”. (PREFEITURA DE ITARIRI-sp, 05\06\2023).

Itareri - Geogr.: Nome geográfico nos E. da Bahia e São Paulo. Etim.: Itá- riry- a pedra das ostras; de itá- pedra, + riry- ostra. (CLEROT, 2010, p.262).

Itárere - Substantivo: água que nasce na pedra, que desce por uma rocha. Em guarani é “itá-raré” (CARVALHO, 1987, p. 112).

Topônimos em Jandaíra

O município de Jandaíra é a última cidade do estado da Bahia na Costa dos Coqueiros, separada do estado de Sergipe pelo rio Real; ficou conhecida no Brasil durante as gravações da novela “Tieta do Agreste”, que mostrou para o mundo a vila de Mangue Seco e suas belíssimas praias e dunas. Esta localidade durante muito foi habitada por índios tupinambás, que deixaram como legado este topônimo, que no tupi antigo significa îandá-eira, ‘abelha de mel’.

TOPÔNIMOS DE ORIGEM INDÍGENA DO MUNICÍPIO DE JANDAÍRA

Jandaíra - nome de origem indígena. jandê- eira, em tupy antigo significa ‘abelha de mel apreciado’ (GREGÓRIO, 1980, p.229).

Jandaíra corr. Yandí- eira, a abelha de mel, a melífera. Alt. Jandira. Nome de mulher. (SAMPAIO, 1955, p.267).

Jandaíra - Geogr.: Nome geográfico nos E. do Ceará e Paraíba. Etim.:Yandi- eira- a abelha de azeite (alusão a seu mel ser fino de aspecto oleoso); de yandi- azeite + eira- abelha. (CLEROT, 2010, p.287).

Jandaíra: Localização: Litoral Norte. Criação: 23/04/1727. Município de Origem: município originário. Categoria Toponímica: zootopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: Tp.-ant.

ândá-eira, ‘jandaíra, uma espécie de abelha vermelha nativa’. Nome X história do local: Um dos primeiros municípios criados na Bahia e, curiosamente, um dos que manteve íntegro o seu território desde então. Surgiu em 1728 com o nome de Abadia, posteriormente trocado para Cepa Forte (1898), Cachoeira da Abadia (1903) e Jandaíra (1927). Histórico dos nomes: Abadia (1728) > Cerpa Forte (1898) > Cachoeira da Abadia (1903) > Jandaíra (1927). 1827, 1890 – Nome: Abadia. Status político: povoado. Categoria Toponímica: sociotopônimo. Processo Morfológico: derivação. Procedência Linguística: português. Étimo: abade [< lt. abbas, adis < gr. abbā < aram. abba, ‘pai’] + -ia, ‘suf. deriv.’. 1940, 1970 – Nome: Jandaíra. (RAMOS, 2004, p.357).

4 CONCLUSÃO

A pesquisa aqui apresentada teve como meta fazer o levantamento dos topônimos do Litoral Norte da Bahia e identificar quais deles foram de origem indígena, mas durante o trabalho de análise do material encontrado foi verificado que alguns topônimos que inicialmente eram de origem tupi-guarani, por questões históricas, foram modificados, com ampliação do nome, redução ou substituição por completo.

A fé do povo português influenciou diretamente na toponímia dos municípios baianos, pois em todo lugar em que estes chegavam, nomeavam os acidentes geográficos seguindo folhinha do hagiológico romano, o que gerou uma série de topônimos que podem ser encaixados nas categorias de hagiotopônimos e hierotopônimos, o que mostra importância da igreja na toponímia do estado. O período pombalino foi caracterizado pela ruptura entre o poder civil e o poder religioso, pela redução das homenagens ao orago, e a proibição do ensino da língua de origem indígena nas comunidades, assim como a substituição dos nomes de origem tupi-guarani nas localidades com mais de cinquenta moradias; o início das homenagens aos representantes da corte, o que abriu caminho para a influência do poder político na toponímia, com representante em três categorias: axiotopônimos, antropotopônimos e poliotopônimos. Contudo, estes fatos não foram suficientes para apagar totalmente os topônimos de origem indígenas na Costa dos Coqueiros, e em outras regiões da Bahia.

Na Costa dos Coqueiros, o número de topônimos de natureza antropocultural mostrou-se maior do que os de natureza física. Este dado nos leva a entender que os aspectos sociais, culturais e políticos tiveram maior influência na nomenclatura dos municípios. Entretanto, quando incluímos a neste levantamento os nomes de bairros e praias notamos um equilíbrio entre estas taxionomias.

Dos sete municípios citados nesta pesquisa pertencentes a Costa dos Coqueiros somente dois (Camaçari e Jandaíra) apresentam aspectos ligados à natureza física (a fauna, a flora, a hidrografia e recurso minerais), enquanto cinco (Lauro de Freitas, Mata de São João, Entre Rios, Esplanada e Conde) apresentam características de natureza antropocultural (sociais, culturais e político).

No município de Lauro de Freitas encontramos como topônimos de natureza física: o bairro de Itinga e a Praia de Ipitanga, já de natureza antropocultural a praia de Buraquinho e o bairro de Vilas do Atlântico. No município de Camaçari, temos diversos exemplos de topônimos de natureza física: a praia de Jauá, a praia de Arembepe, a praia de barra do Jacuípe, a praia de

Guarajuba e a praia de Itacimirim; enquanto de natureza antropocultural: a praia de Busca Vida, a praia do Japonês e a praia de interlagos. Em Mata de São João podemos destacar como topônimo de natureza física a praia de Imbassaí, e de natureza antropocultural: a praia do Forte e a praia de Santo Antônio. No município de Entre Rios temos diversas praias cujo topônimos são de natureza física: a praia da Barra de Sauípe, a praia da Barra do rio Subáuma, a praia de Massarandupió, a praia de Porto Sauípe e a praia de Subáuma; já de natureza antropocultural, a praia de Baixio. No município de Conde, a praia da Barra de Itapicuru e a praia da Barra do Itariri são topônimos de natureza física; a praia da Barra Nova, a praia de poças, a praia do Sítio e a praia dos artistas, de natureza antropocultural. No Município de Jandaíra só encontramos praias com topônimos de natureza antropocultural: a praia de Bela Vista, a praia do Costa azul, a praia do Ribeirinha e a praia do coqueiro.

Diante do que foi observado, concluímos que os topônimos de origem indígena guardam certas características que os individualizam dos demais nomes, por serem inerentes a estes topônimos a referência aos recursos naturais, fruto da cultura deste povo.

REFERÊNCIAS

- BACELAR, Jonildo. Itapuã Salvador. Guia Geográfico: Informações e Dados da História da Bahia, 2011. Disponível em: www.historia-bahia.com/caramuru.htm. Acesso em: 26 out. 2021.
- BAHIA. Estatísticas dos Municípios Baianos. Superintendência de Estudos Econômicos e sociais da Bahia - SEI, v.16, 2011.
- BAHIA. Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável - PTDS. Território Litoral Norte e Agreste Baiano - TLNAB. Colegiado de Desenvolvimento Territorial - CODETER, Alagoinhas, 2017.
- BARBOSA, A. Lemos. *Pequeno Vocabulário Tupi- Português*. Rio de Janeiro: Livraria São Jorge, 1955.
- BRUNET, L. *De Aldeados a Súditos: Viver, trabalhar e resistir em Nova Abrantes do Espírito Santo Bahia - 1758-1760*. Tese (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.
- CALABRESE, F. *Estudos de Requalificação e de Valorização Urbana e Paisagem do Rio Vermelho em Salvador*. Tese (Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013.
- CAMAÇARI. *A história da nossa cidade*. Disponível em: <http://www.camacari.ba.gov.br>. Acesso em: 06 mai. 2023.
- CARDIM, Pe. Fernão. Narrativas Epistolar de uma viagem e Missão Jesuítica. In: Tratado da Terra e Gente do Brasil. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980.
- CARVALHO, Moacyr Ribeiro de. *Dicionário Tupi (antigo)-português*. Salvador, 1987.
- CLEROT, L. F. R. *Glossário etimológico dos termos geográficos, geológicos, botânicos, zoológico, históricos e folclóricos de origem Tupi\Guarani, incorporados ao idioma nacional*. Brasília: Senado Federal, Subsecretária de Edições Técnicas, Conselho Editorial, 2010.
- CORREIA, C. *Bahia de Todos os Cantos e Recantos: Marcas Identitárias e Culturais na Toponímia da Bahia*. Tese (Mestrado em Estudo de Linguagens) Departamento de Ciências Humanas, Universidade Estadual da Bahia. Salvador, 2017.
- COUTO, Jorge. *A Construção do Brasil: Ameríndios, Portugueses e africanos, do início do Povoamento a Finais de Quinhentos*. Lisboa: Cosmo, 1998.
- CUNHA, Antonio Geraldo da. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1982.

- ETCHEVARNE, Carlos. A Ocupação Humana do Nordeste Brasileiro Antes da Colonização Portuguesa. *Revista USP*, São Paulo, n. 44, p. 112-141, Dez\Fev.1999-2000.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil: História da Província Santa Cruz, a que Vulgarmente Chamamos Brasil*, Brasília: Edição do Senado Federal - v.100, 2008.
- GREGÓRIO, Irmão José. *Contribuição Indígena ao Brasil*. Belo Horizonte: União Brasileira de Educação e Ensino, 1980.
- PREFEITURA DE ITARIRI-SP, 2023. História do Município de Itariri. Disponível em: <www.itariri.sp.gov.br/portal/serviços/1002/historia-do-municipio>. Acesso em: 10 de Junho de 2023.
- IBAHIA. Imbasaí: Como chegar, o que fazer, quando ir, onde ficar e onde comer. 2023. Disponível em:<<https://www.ibahia.com/bahia417/imbassaí-como-chegar-o-que-fazer-quando-ir-onde-ficar-e-onde-comer>>. Acesso em 15\07\2023.
- IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. v. XX/XXI. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1958.
- Línguas Indígenas no Brasil Contemporâneo. In MONTSERRAT, Ruth. *ÍNDIOS NO BRASIL*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994.
- MATTEDI, Raquel Mattoso. *Pesquisa e Planejamento Ambiental no Litoral Norte da Bahia*. Gestão & Planejamento. Salvador, Salvador, v.1, n.3, p.(9- 34), 2001.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. O português no Brasil: sua formação na complexidade multilinguística do Brasil colônia e pós-colonial. *Leituras Contemporâneas*, Salvador, v.1, n.1, p.95-105, 2004.
- NAVARRO, E. de A. *Dicionário de Tupi Antigo*. A língua indígena clássica do Brasil. São Paulo: Global, 2013.
- PARAISO, M. H, B. Índios, Náufragos, Moradores, Missionários e Colonos em Kirimurê no século XVI: Embates e Negociações. In: CARDOSO, C., TAVARES, F., PEREIRA, C., (Orgs). *Baía de Todos os Santos: aspectos humanos* [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 70-101. Disponível em: [http:// books. Scielo.org](http://books.Scielo.org). Acesso em: 4 setembro de 2021.
- PARANHOS, Gildásio F. E. *Livro da História de Lauro de Freitas: Antiga Freguesia de Santo Amaro do Ipitanga 1608- 2008 400 anos*. 3ª ed. Lauro de Freitas: Editora Jornal Gráfica, 2008.
- PROJETO VERTENTES. Itapuã. 2002. Disponível em: <<https://vertentes.ufba.br/BairroItapuã.html>>. Acesso em: 10 de Dezembro de 2022.
- RAMOS, R. T. *Toponímia dos Municípios Baianos: Descrição, História e Mudanças*. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 547 p. 2008.

- REGO, A. *Trajetórias de Vida Rotas: Terra, Trabalho e Identidade Indígena na Província da Bahia 1822 – 1862*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 399 p. 2014.
- REVISTA USP. 2021. Disponível em: <www.revista.usp.br/guarajuba.html> Acesso em: 10 de Junho de 2022.
- RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. *Línguas Brasileiras: Para o conhecimento das Línguas Indígenas*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.
- SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geografia nacional*. 4. ed. Salvador: Ed. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1955.
- SANTANA, Jucey Santos. Itapucuru, Itapecuru ou Itapicuru. blog da Jucey Santana, 4 de junho de 2016. Disponível em: <juceysantana.blogspot.com/2016/06/itapucuru-itapicuru-ou-itapecuru>. Acesso em: 15 de julho de 2023.
- SOBRAL, L. *Complexidade Territorial e Desenvolvimento: Tendências e Perspectivas da Urbanização no Litoral de Camaçari\Bahia\Brasil*. Tese (Doctorado em Planificació Territorial y Desarrollo Regional (Biênio 2000\2002). Facultat de Geografia e Història Departament de Geografia Física y Anàlisi Geogràfic Regional, Universitat de Barcelona. Barcelona, 489 p., 2008.
- SOUZA, Gabriel Soares. *Tratado Descritivo do Brazil em 1587*. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1851.
- SOUZA, L.C. *Interesses na Produção do Espaço no Litoral Norte da Bahia: Massarandupió e seu Entorno*. Tese (Mestrado em Geografia)- Instituto de Geociência, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 174 p., 2009.
- TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. *Dicionário de Topônimos brasileiros de origem Tupi: significados dos nomes geográficos de origem tupi*. Santos: Traço Editora, 1985.
- TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. *Dicionário Tupi português: com esboço de gramática de tupi antigo*. São Paulo: Traço Editora, 1984.
- VIEIRA, Amélia. *Ipitanga, o bairro da água vermelha*. Jornal A tarde, Salvador, 11 de julho 2008. Disponível em: <https://atarde.com.br/bahia/bahiasalvador/ipitanga-o-bairro-da-agua-vermelha>. Acesso em 26 \09\2022.